

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXX • Abril / Maio / Junho 2021 • Nº 112



**APM ENTREGAM  
PETIÇÃO NA AR**

Pág. 5



**COMO SE TRAI  
A DEMOCRACIA**

Pág. 3

**DIREITO À NEGOCIAÇÃO  
EM MATÉRIAS SOCIOPROFISSIONAIS**

**EUROMIL  
APRESENTA QUEIXA!**



Pág. 11



**EUROMIL ELEGE  
NOVA DIRECÇÃO**

Pág. 10



**32 ANOS DA ANS**

Pág. 4



**45 Anos da CRP**

Pág. 16



## EDITORIAL

# Crucial na Dignificação!

**A** cabámos de assinalar 32 anos de vida da ANS, associação que se tem revelado, ao longo da sua história, como um factor indispensável na defesa da Instituição Militar, opondo-se com firmeza aos mais variados e profundos ataques à Condição Militar, perpetrados por sucessivos governos ao longo de décadas.

Estes trinta e dois anos têm sido plenos de duras lutas, de batalhas vencidas, mas também de alguns desaires. Contudo, fazendo um balanço honesto a todo o percurso, temos a consciência de que valeu a pena! Com coragem e denodo vencemos as perseguições, as penas disciplinares, as tentativas de ilegalização. Pela nossa determinação, disciplina e coragem ganhámos o respeito da sociedade, o prestígio interno e externo, o reconhecimento de grande parte dos que de nós duvidavam. Adquirimos dignidade!

Pela nossa postura disciplinada, serena, mas determinada, transformámo-nos numa voz escutada e respeitada, e não apenas no meio militar, mesmo nas situações mais difíceis, quando por vezes desafiados para a aventura e para o disparate, que sempre soubemos evitar.

Desde há muitos anos denunciámos os ataques à Condição Militar e a sua persistente descaracterização, naquilo que em determinada altura chamámos de “*Comissão Liquidatária das Forças Armadas*”. O desinvestimento continuado, por vezes disfarçado de investimento mitigado, tem vindo a descaracterizar (próximo do desmantelamento) a Instituição, pondo em risco o cumprimento da sua missão constitucional, levando à exaustão dos meios, dos homens e mulheres que nela servem. Este estado de coisas acelera a desmotivação e a vontade de sair por parte de quem tudo tem dado para servir Portugal nas Forças Armadas.

Ter Forças Armadas não é um luxo nem um capricho! É uma necessidade de qualquer país que se quer independente e soberano. Sendo a sua existência um pilar fundamental da defesa da independência nacional e da soberania, torna-se urgente estancar o ataque, reverter a descaracterização, tornar aliciante servir nas Forças Armadas.

Mas, para tal, não basta participar em bonitas cerimónias, proferindo lindas palavras, se as mesmas não corresponderem aos actos e medidas praticadas.

Porque temos consciência das dificuldades que o País atravessa, sabemos que esses objectivos não se alcançam, nem é possível alcançar, de um dia para o outro. No entanto, também sabemos e reconhecemos que tudo se torna mais fácil se existir uma vontade séria de diálogo entre as tutelas política e militar e os representantes socioprofissionais dos militares, ou seja, se seriamente se perceber da necessidade do reconhecimento ao direito de representar juridicamente os associados e o direito de negociar, em diálogo social

efectivo por parte das estruturas socioprofissionais dos militares.

Porém, quando a tutela política está mais preocupada em forçar, a todo o custo, alterações na estrutura superior das Forças Armadas, mas não está, nem se mostra, minimamente disponível para cumprir uma Resolução da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, há mais de dois anos, evidentemente ficamos preocupados, basicamente por três motivos: primeiro, porque se verifica uma total falta de respeito pelo trabalho daqueles a quem o Povo Português elegeu como seus representantes; segundo, porque todos percebemos que os problemas das Forças Armadas não residem no número de Generais ou Almirantes, nem em saber quem despacha, ou não, com o ministro, nem muito menos em saber quantas estrelas deverá ter este General ou aquele Almirante; terceiro, e para nós, afinal, o mais importante, porque a referida Resolução da Assembleia da República incide sobre a necessidade de proceder a alterações a um regulamento que se tornou numa peça de descaracterização das Forças Armadas e potenciadora da desmotivação reinante nos quartéis. Iniciar o diálogo e trabalhos efectivos sobre esta matéria, conforme consta no texto da dita Resolução, é necessário e urgente, pois quanto mais tempo passar mais os danos se tornam irreversíveis.

Este é apenas um exemplo do muito que há por fazer em inúmeras áreas do foro social, assistencial e profissional. Como temos reiteradamente afirmado, estaremos sempre disponíveis para dar os nossos contributos para defender a Condição Militar, as Forças Armadas e Portugal.

Hoje, como há trinta e dois anos atrás, a dignificação dos Sargentos de Portugal, das Forças Armadas e a Defesa da Condição Militar são o mote da nossa acção e nela concentramos os nossos esforços, empenhamento e experiência. Queremos ser sempre parte da solução, rejeitando fazer parte do problema. Quem não acreditar na sinceridade destes propósitos estará tão enganado como aqueles que há trinta e dois anos não nos davam mais do que seis meses de vida.

Os Sargentos de Portugal são afinal, o motivo principal dos nossos trabalhos, das nossas preocupações. A sua dignificação e melhores condições socioprofissionais são o nosso principal objectivo. É fundamental o seu apoio, assim como é importante a sua consciência de classe pois, o nosso percurso, apesar dos escolhos, é pleno de glória, a tal ponto que a história das Forças Armadas das últimas décadas nunca ficará completa se não for dedicado um especial capítulo ao associativismo socioprofissional do qual a Associação Nacional de Sargentos, não só por ter sido precursora, mas fundamentalmente pelo trajecto feito, é um elemento crucial. ▲



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

### CONVOCATÓRIA

Nos termos dos números 3 e 5 do Artigo 8º, das alíneas a) e b) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos e do nº 3 do Artigo 11º do Regulamento Interno Geral, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 28 de Julho de 2021, Quarta-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), nas instalações da ANS, sita na Rua Leopoldo de Almeida, nº 5-B, no Lumiar, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar acerca da venda do andar da actual sede social;
2. Deliberar acerca da proposta de actualização do valor da quota de associado.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 29 de Junho de 2021

O Presidente da Assembleia Geral

*Luís Manuel Marques Bugalhão*

**Atenção:** Face à situação extraordinária que vivemos e de acordo com a legislação em vigor relativa à pandemia da doença COVID-19, o uso de máscaras é obrigatório, por todas as pessoas que permaneçam ou acedam a espaços interiores fechados, com várias pessoas.

É importante relembrar que o uso de máscara é uma medida de protecção adicional ao distanciamento social, à higienização das mãos e à etiqueta respiratória.

Se por qualquer razão de força maior, derivada da situação excepcional que atravessamos, não for de todo possível realizar esta assembleia, solicitamos aos nossos associados que acompanhem as informações a publicar na nossa página, em [www.ans.pt](http://www.ans.pt)

## Associação Nacional de Sargento

**“Associa-te!**

**Vem dar mais força**

**à força dos Sargentos de Portugal”!**

Internet: <http://www.ans.pt> - [www.facebook.com/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos) - Email: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt)

**LÊ, PARTICIPA,  
DIVULGA, O JORNAL**



**Propriedade:** Associação Nacional de Sargentos ▲ **Administração e Redacção:** Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2.º 1900-088 Lisboa ▲ **Tel. 21 815 49 66 - Tlm. 938850481**  
 ▲ **Director:** Álvaro Martins ▲ **Chefe de Redacção:** José Gonçalves ▲ **E-mails:** [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt) ▲ **Paginação:** Carlos Velez ▲ **Impressão:** Grafedisport, SA  
 ▲ **Periodicidade:** Bimestral ▲ **NIF:** 502323078 ▲ **Registo no ICS:** 115109 ▲ **Tiragem:** 4 000 ex. ▲ **Depósito Legal:** 48582/91 ▲



## Como se trai a Democracia!

«Juro, como português(a) e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto(a) a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida».» é a fórmula legal de juramento de bandeira expressa no art.º 7.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) que une todos os Militares Portugueses numa só condição – a condição militar.



«Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa».» é a fórmula legal expressa no art.º 127.º da Constituição da República Portuguesa que o Presidente da República (e por inerência constitucional, o Comandante Supremo das Forças Armadas) enuncia aquando da sua tomada de posse.

«Juro por Deus» (ou «Juro por minha honra») «obedecer à Constituição e ser leal ao Estado e ao Governo no exercício das minhas funções como funcionário público. Juro obedecer às leis e regulamentos em vigor e desempenhar as funções oficiais que me são atribuídas com a máxima isenção, dedicação e responsabilidade e ter sempre em devida consideração os interesses do Estado, o Programa do Governo e os valores da função pública, sem olhar aos meus próprios interesses como indivíduo ou como membro de qualquer grupo. Juro guardar segredo sobre os dados e os documentos de que tome conhecimento por virtude das minhas funções e que devam ser mantidos confidenciais. Juro trabalhar em defesa do bem público e servir a comunidade e o povo, com isenção, honestidade, profissionalismo e correcção, salvaguardando os superiores interesses da Nação».» é a fórmula legal de juramento que o funcionário público enuncia após ter aceite a nomeação após assinatura do Termo de Posse nos termos do art.º 20.º do Estatuto da Função Pública (EFP).

«Eu, abaixo assinado, afirmo pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas» foi a fórmula legal inscrita no art.º 9.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 427/89 – que define o regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública – proferida publicamente pelo actual Primeiro Ministro a 26 de outubro de 2019 e pelos Ministros do seu Governo.



que o realizam. É um assunto pessoal, de responsabilidade do próprio que jura.

Enquanto que alguns se vinculam diretamente à Constituição e ao Povo e aos seus valores, cumprindo e fazendo cumprir os seus ditames e defender a Pátria, a sua liberdade e a sua independência, outros, num regime mínimo, juram ou afirmam cumprir com lealdade as suas funções ... e têm na sua dependência uns que juram «obedecer à Constituição e ser leal ao Estado e ao Governo no exercício das ... funções como funcionário público e ... ter sempre em devida consideração os interesses do Estado, o Programa do Governo e os valores da função pública, sem olhar aos ... próprios interesses como indivíduo ou como membro de qualquer grupo.»

Surgem assim algumas diferenças substantivas, isto é, de valores a defender, que se recortam em relação às funções a desempenhar. Tais valores não podem deixar de imprimir à acção a desenvolver, roteiros, práticas de acção que implicam conhecimentos que irão manifestar, revelar os valores que as orientam, mormente, resultados que melhor expressam tais acções e orientações. É nesta dimensão concreta dos resultados que os juramentos ganham a sua máxima importância pois por eles se deve medir a «verdade» da sua concretização.

Assim, definindo-se a República Portuguesa, «como República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária», e como um «Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa», que resultados são apresentados pelas instituições/organizações governativas quanto à efectivação destas normas, princípios e objectivos?

O arco governativo que nos tem governado, formal e informalmente, desde pelo menos a década de 80, não tem sabido, nem querido transformar os mandatos populares que têm recebido naqueles resultados, quer porque não pretendem realizar, quer porque não promovem uma democracia participante e participada, quer ainda porque não têm querido e sabido ouvir e resolver os problemas

dos portugueses, quando estes os expõem ou os gritam por vezes em desespero. Tal arco fechado em si mesmo, reproduz apenas os seus interesses e nada mais...



Cientes que a situação de crise é ampla profunda e abrangente – nos seus aspectos sociais, económicos, sanitários e políticos, (a crise política existe – as percentagens de abstenção aí estão a provar a afirmação) e que a situação da governação deficitária e disfuncional é contínua e vai continuar, devemos apontar responsabilidades a quem nos governa, e, afirmar que com aquelas práticas estão a trair a democracia e a alimentar consciente e deliberadamente todo o acervo de pulsões, desejos, movimentos e partidos que se perfilam já no seio da democracia portuguesa como anti democráticos de teor fascizante e populista.

Não se deixem assim, aqueles que por função constitucional se ligam directamente ao Povo e à Defesa da Constituição e da Pátria, enganar com falsas promessas, com discursos bonitos e atitudes condescendentes que mantêm a falsidade e apenas a diversidade no mentir.

Exigir poder participar e intervir directamente na resolução dos problemas profissionais que afligem quem vive a Condição Militar, e assim defender também a democracia, é um dever que se impõe a todos aqueles que, cumprindo a Constituição, efectivam o seu juramento.

Cá estaremos nessa função que os ditames da ética e da honra militar impõem. Contamos contigo, Camarada leitor.

Luís Claro  
Militar Activo ▲



Se as diferenças de juramento podem «falar por si» haverá, no entanto, que tirar algumas conclusões sobre o seu sentido e alcance. É o que faremos de seguida.

O recurso ao juramento, como acto vinculativo/performativo com densidade jurídica própria indica desde logo diferentes planos/dimensões valorativas e ainda cognitivas relacionadas com as funções em que são investidos os



## 32 Anos Passados e... “Quão Difícil nos Temos Movido!”

No mês de Junho assinalaram-se os 32 anos da existência formal da Associação Nacional de Sargentos (ANS).

Após o histórico Encontro Nacional de Sargentos, que em 1 de Abril de 1989 congregou mais de 4200 Sargentos, no extinto pavilhão do Sacavenense, no dia 10 de Junho desse ano, a Assembleia-Geral da Comissão Nacional de Sargentos, reuniu no salão da Voz do Operário para discussão e aprovação dos Estatutos e eleição da Comissão Instaladora da ANS – Associação Nacional de Sargentos, tendo ficado esta data como sendo o dia do nascimento oficial da nossa associação – a Associação Nacional de Sargentos!

Houve, na altura, quem augurasse “*não passar de um grupo de aventureiros a quem não se previa mais que seis meses de vida*”. Enganaram-se! E enganaram-se porque **não sabiam com quem lidavam!** Não conheciam (porque não queriam) a firmeza dos Sargentos de Portugal.

Trinta e dois anos volvidos, apesar da repressão exercida sobre tantos Sargentos, das campanhas de maledicência com que tentaram minar a confiança dos Sargentos na sua associação representativa, das inúmeras e continuadas tentativas de ostracização ou silenciamento, a ANS cá está, com firmeza, convicção e determinação para prosseguir na missão de defender as condições socioprofissionais dos Sargentos de Portugal e os direitos de assistência também para as suas famílias.

Na impossibilidade de fazer uma comemoração ao nível do que a ANS já habituou os seus sócios (e até os que não são sócios), por força da situação pandémica que enfrentamos, o presidente da Direcção dirigiu naquela data uma mensagem, que está disponível em vídeo, em [www.ans.pt](http://www.ans.pt).



Hoje, mais do que nunca, é profunda a convicção, fundamentada em factos concretos, de que se a situação dos Sargentos de Portugal e das suas Famílias, **não** sendo ainda a melhor nem perfeita, seria muito pior sem as acções, lutas e vitórias obtidas ao longo destes duros, difíceis, mas também gratificantes 32 anos.

Contudo, como na própria vida, há sempre, e ainda, muitas matérias por resolver, muita luta para fazer, no sentido de melhorar as condições socioprofissionais dos Sargentos de Portugal.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia que assolou o mundo inteiro, esta luta não pode nem deve parar. Devemos adaptar-nos às circunstâncias e manter a trincheira guarnecida.

Numa altura em que, por parte de inúmeros sectores da sociedade, anteriormente tantas vezes negativamente críticos, se reconhece publicamente a capacidade, competência e profissionalismo dos militares, por via da cabal resposta dada à gestão do processo de vacinação, assistimos, ao mesmo tempo, ao “folhetim” da chamada “*reforma da estrutura superior das Forças Armadas*”.

Os problemas concretos e urgentes com que se confrontam as Forças Armadas não residem no Almirantado nem no Generalato. A esse nível tudo corre a devido tempo! As promoções e nomeações fazem-se sem prejuízo dos próprios, ao contrário do que sucede com a maioria dos militares de outras classes.

Os problemas efectivos e reais das Forças Armadas residem no seu bem mais essencial – o factor humano! Os problemas que urge resolver estão nas bases, na motivação, na gestão do desenvolvimento das carreiras, nos atrasos e na injustiça dos processos de avaliação, num sistema remuneratório injusto, desigual e elitista, nas dificuldades de recrutamento e retenção, num sistema de saúde e de acção social complementar em que se paga mais do que o tempo em que se pode estar doente, mas que ainda assim não responde minimamente às necessidades da Família Militar, entre muitos outros aspectos.

Será que, perante estes cenários, teremos de ser levados a concluir que é mais difícil gerir as carreiras de uns poucos milhares (por vezes centenas ou dezenas) de militares do que gerir milhões de vacinas a aplicar e milhões de cidadãos a vacinar?

Será que as Forças Armadas apenas conseguem constituir equipas multidisciplinares, integrando competentes militares dos três Ramos, para gerir milhões neste processo de vacinação (com excelentes resultados, sem dúvida, e orgulhosamente enquanto cidadãos e militares o afirmamos), com cobertura e projecção mediática permanente, mas já não o conseguem para gerir as vidas, com resultados aceitáveis, de uns poucos milhares de militares? Ou a motivação é outra? Ou será que a visibilidade mediática desperta capacidades cujos resultados não se fazem sentir no seio das Forças Armadas?

Será que, no final, teremos de concluir que a solução será apelar aos responsáveis militares que envergarem os camuflados e venham para este combate diário e nacional resolver os problemas de base das Forças Armadas?

**É desejável que o Comandante Supremo das Forças Armadas, melhor do que condecorar os Estados-Maiors, no Dia de Portugal,** exija aos responsáveis políticos e militares que reúnam as condições necessárias e urgentes para resolver os problemas que, de facto, podem colocar em risco a capacidade do cumprimento de todas as missões que constitucionalmente são incumbidas às Forças Armadas.

Enquanto houver, entre outros casos e exemplos, Sargentos que permanecem mais de vinte anos em postos de início da carreira, a ANS não deixará de lutar para alcançar efectivas e reais condições socioprofissionais para os Sargentos! Para que, parafraseando o MDN, se fique “*em linha com outros países da NATO*”, **é necessário** ter o reconhecido direito de poder representar juridicamente os associados e negociar em diálogo social efectivo, com vínculos, as condições socioprofissionais dos Sargentos de Portugal!

Como há 32 anos, a ANS afirma PRESENTE! com a clara consciência de classe que a motiva, mas que também leva a reconhecer “**Quão Difícil no Temos Movido!**”. ▲



### CARTAS AO DIRECTOR

**Tanta Competência para umas coisas...  
e tão pouca para outras!!!**

Caro Director do jornal “O Sargento”, sou Sargento-Ajudante da Força Aérea e venho trazer-lhe o seguinte “desabafo”!

Na minha especialidade, em 30 de Dezembro de 2020, abriu uma vaga no posto de Sargento-Chefe, devido à saída de um camarada.

Pensei que, pelas práticas de anos anteriores, iria ser promovido no início de 2021, tal como outros camaradas que foram promovidos em Janeiro, com antiguidade, por exemplo, de 18 de Dezembro de 2020.

Fiquei desapontado e desiludido quando, com o passar do tempo tal não aconteceu, embora tenha havido promoções QQE (Qualquer Quadro ou Especialidade) e até um Major do mesmo serviço onde estou, foi promovido com antiguidade de 31 de Dezembro de 2020.

Ao indagar a situação junto da Direcção de Pessoal foi-me dito que, no caso específico dos Sargentos-Chefes, terá sido enviado para o Ministério das Finanças um número de Militares a promover, de 121 Sargentos-Ajudantes para Sargentos-Chefes, e que na realidade houve 142 Sargentos-Ajudantes com vaga para serem promovidos ao posto de Sargento-Chefe, logo, faltava verba ou “plafond” (como eles lhe chamaram) para 21 Sargentos-Ajudantes serem promovidos (falta de planeamento ou incompetência na gestão???)

Assim sendo, o critério utilizado foi o de promover conforme as vacaturas, ou seja, quem ficou com vaga, como eu, do final de Dezembro, não pôde usufruir do posto.

Sendo eu um militar sem nada a apontar e merecedor de ser Sargento-Chefe, não pude sê-lo, no entanto, trabalho diariamente com um Major que teve “plafond” para ser promovido com data de 31 de Dezembro de 2020 e eu fico Sargento-Ajudante com antiguidade de 26 Agosto de 2011... porque não tive “plafond”.

Como é óbvio, questionei a Direcção de Pessoal porque é que há oficiais a ser promovidos e a resposta que me deram foi que são rubricas diferentes, ou seja, era decidido por postos.

A artimanha que arranjaram para eu e outros camaradas com vaga não sermos escrutinados novamente nos conselhos de especialidade foi retirarem-nos das listagens e considerarem a vaga ocupada embora sem direito ao posto, remuneração e outros deveres e direitos ou mesmo desempenhos de funções, ou até, quem sabe, poder concorrer a um cargo no estrangeiro.

Questionando a Direcção de Pessoal sobre quando serei promovido, disseram não saber, mas que seria dos primeiros (darei eu, talvez a 23 de Dezembro) e que já estava a contar antiguidade.

Outra indicação que me deram foi que o pedido de “plafond”, às Finanças, tinha sido enviado juntamente com as vagas previstas para o ano de 2021.

Tal como aconteceu a 21 camaradas Sargentos-Ajudantes não serem promovidos ao posto de Sargento-Chefe, também não o foram inúmeros Primeiros-Sargentos ao posto de Sargento-Ajudante. Soube também, e sendo verdade é triste e lamentável, que houve um camarada de uma das unidades mais operacionais da Força Aérea, na mesma situação que eu, que, entretanto, faleceu, não tendo terminado a sua carreira com a dignidade de um posto que mereceu e teve direito, sendo penalizada a sua viúva e dependentes.

Concluo, tendo a convicção de que não chega o mérito apregoado pelas chefias, pois com uma carreira irrepreensível, com medalhas, louvores e muita dedicação à FAP não sou tratado com a dignidade e respeito pela minha carreira e desempenho que julgava merecer.

Outro pormenor que embora não interesse para o caso, é que desde Maio que ocupo o lugar de mais antigo na minha especialidade, no ramo e na efectividade de serviço, sendo chamado a desempenhar função de Sargento-Mor... Seria irónico, se não fosse trágico!!!

Enfim, desabafos de um Militar que se automotiva para ser melhor e estar à altura da defesa dos camaradas mais modernos, mas ao mesmo tempo que vê diariamente tantos anúncios sobre a elevada competência dos militares para gerir milhões de vacinas, ao mesmo tempo vivência a tão pouca competência (ou falta de vontade) em gerir uns poucos milhares, ou mesmo centenas, de carreiras Militares.

Leitor devidamente identificado

## APM ENTREGAM PETIÇÃO NA AR

As APM entregaram no passado dia 14 de Junho de 2021 ao Presidente da Assembleia da República, representado pelo seu Vice-presidente e deputado do PSD, Fernando Negrão, uma petição com 7720 assinaturas para rever e alterar o Sistema Remuneratório dos Militares

Recebida pelo Deputado Fernando Negrão, a delegação de dirigentes das APM, em que naturalmente se integrava o primeiro subscritor da petição, teve oportunidade de explicar as razões que presidem a esta iniciativa. Na longa audiência que nos concedeu, o Vice-presidente da Assem-

bleia da República (AR) escutou-as com atenção e comprometeu-se a levar todas as preocupações dos Militares no que respeita ao regime remuneratório a todas as instâncias, nomeadamente ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

Apresentada agora, antes das férias, a petição poderá ser discutida em plenário e na Comissão de Defesa Nacional da AR e, assim haja vontade política dos deputados da Nação, ser incluída na proposta de Orçamento de Estado para 2022, um processo que terá o seu previsível início em Setembro de 2021.

A petição continua disponível no site 'Petição Pública' para ser subscrita por mais cidadãos nacionais (em caso de aumento significativo do número de assinaturas, será feita uma adenda e entregue aos serviços da AR).

As APM iniciarão agora um processo de reuniões conjuntas (a primeira, informal, foi feita imediatamente após a audiência) com o objectivo de encontrar temas comuns que possam ser apresentados como

essenciais na alteração que agora solicitaram à casa da democracia. É altura de coligir as propostas que ao longo da última década as APM têm apresentado aos seus sócios, para que sejam alteradas, não apenas a tabela remuneratória, mas toda uma série de questões relacionadas com o Regime Remuneratório dos Militares que têm afectado negativamente a vida dos Militares e das suas famílias.

Luís Bugalhão ▲



### TEXTO DA PETIÇÃO

#### Revisão e Alteração do Sistema Remuneratório dos Militares!

Considerando que o sistema remuneratório dos Militares não é alterado há mais de uma década, impõe-se que este sistema seja dignamente revisto e valorizado, matéria que em período eleitoral para a actual legislatura, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas referenciou como uma necessidade;

Considerando que a colocação à Assembleia da República de um pedido de revisão e alteração da legislação que regulamenta o sistema remuneratório dos Militares é um imperativo democrático, os cidadãos abaixo assinados, ao abrigo do Artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto e Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, onde se inclui a Declaração de Retificação n.º 23/2017, de 5 de setembro, e Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro, fazem a entrega a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República desta petição cujo objetivo visa a produção de medida legislativa que reveja e altere a norma que regulamenta o sistema remuneratório dos Militares. ▲

## APM E SINDICALISMO

A convites da CGTP-IN e da Frente Comum, delegações das 3 APM participaram, oficialmente e em nome próprio, em dois eventos de rua no Porto e em Lisboa. Dois momentos históricos.



### No Porto...

No passado dia 08MAI21, a convite da CGTP-IN, a ANS, a AOFA e a AP desfilaram exibindo uma faixa com os seus logotipos, no Porto, numa manifestação cujo objectivo era mostrar que a Cimeira Social da União Europeia, que nesse fim-de-semana decorria naquela cidade, deve ter em consideração a posição dos sindicatos representantes dos trabalhadores e cidadãos de Portugal (cidadãos em uniforme incluídos).

O desfile iniciou-se na Praça Marquês de Pombal em direcção aos Aliados, local de convergência da manifestação e onde foram proferidos os discursos dos dirigentes sindicais, o último dos quais por Isabel Camarinha, Secretária-geral daquela confederação de sindicatos. Foi ainda antes do desfile chegar à sala de visitas da Invicta, que houve a oportunidade para que o nosso camarada António Nabais (que durante muitos anos colaborou como

delegado, activista e também como membro dos Órgãos Sociais da ANS) se juntasse à delegação ida de Lisboa.

Este evento, ainda que discreto e a convite, constitui um marco histórico, pois foi a primeira vez que as três APM, em nome próprio e exercendo frontal e corajosamente os seus direitos, participaram numa iniciativa sindical de rua.



### ... e em Lisboa

Nessa continuidade, e por convite da Frente Comum, no passado 20MAI21, no jardim do Palácio da Ajuda, uma delegação das 3 APM participou na acção nacional de luta promovida por aquele organismo sindical. Nessa altura decorria no Palácio da Ajuda uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros. No seu discurso de encerramento, o coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, fez referência à presença das 3 APM, assim reconhecendo e manifestando apoio às posições das associações representativas dos militares portugueses. Ou seja, para além da simples presença, como havia acontecido no Porto, desta vez, houve uma referência pública ao facto de os



militares estarem presentes, o que é de assinalar, pois ficará para a História do associativismo militar em Portugal.

Estas duas iniciativas mostram o caminho a seguir para as APM, em direcção ao diálogo social e à representação colectiva que almejamos. Os diplomas legais que enquadram o associativismo profissional militar podem ser muito bonitos no papel, mas são reiteradamente desrespeitados ou incumpridos, quer pelos chefes militares, quer pela tutela política, sendo, pois, manifestamente insuficientes para o exigente exercício de defesa dos direitos dos militares e suas famílias. Por isso há que seguir em frente, exercendo um direito inscrito na Carta Social Europeia, subscrita por Portugal, mas da qual os sucessivos governos teimam em manter os militares afastados (por enquanto): o direito a integrar e até constituir sindicatos, como é reconhecido e permitido a muitos outros cidadãos (civis e militares) na União Europeia.

Luís Bugalhão ▲



## Boatos e Informações não confirmadas ...!

Aos camaradas da Armada (na situação de Activo) importa abordar uma questão trazida ao conhecimento da ANS, que tem a ver com o facto de, há pouco menos de três meses, ter circulado por diversas Unidades da Marinha uma informação transmitida pela Direcção de Pessoal (DP), em palestras/sessões de esclarecimento com os militares que reúnem condições gerais para promoção por escolha. Supostamente teria sido dito, que todos aqueles cujo nome não aparece na lista de ordenamento por cota de mérito, e que sejam ultrapassados, esta ultrapassagem não contaria para os efeitos do estipulado no artigo 185º do EMFAR (Exclusão da promoção)!

Perante a estranheza causada ao ouvir que tal poderia ter sido dito, a ANS, em 17 de Maio, conseguiu entrar em contacto com a Direcção de Pessoal (DP) que respondeu às questões colocadas acerca da veracidade, ou não, da transmissão desta informação. Efectivamente, decorreram Palestras/Sessões de esclarecimento sobre o funcionamento dos Conselhos de Classes (CC) e Planos de Promoção, mas **não é verdade que tenha sido dito aos presentes, que não conta como ultrapassagem para o militar mais antigo, caso este não conste na lista de militares a apreciar na qual estejam militares mais modernos e, estes, sejam promovidos.** A única ressalva que foi feita é que, caso estes militares mais modernos não sejam promovidos por não se ter dado a vaga, volta tudo ao início do processo e, nesse ano não é considerada a ultrapassagem (remetendo para os CC das promoções do ano seguinte, caso estes militares voltem a ficar melhor posicionados no ordenamento por cota de mérito).

**RESUMINDO: ALGUÉM QUE NÃO SE DÁ AO TRABALHO DE LER O EMFAR, O RAMMFA E OS DESPACHOS DO CEMA, OUVIU O QUE LHE INTERESSOU NA PALESTRA E PÔS-SE A ESPALHAR O BOATO QUE, COMO ATÉ CONVÉM A MUITOS**

### CAMARADAS, PEGOU E PROPAGOU-SE!...

A comparação entre as **listas de antiguidade** e as **listas de ordenamento por cota de mérito**, elaboradas pela Direcção de Pessoal (DP) com base nos despachos do CEMA, já no Plano de Promoções de 2020, também apresentaram estas situações de afastamento de militares, que nem chegam a ser apreciados nos Conselhos de Classes (CC). Este ano, estão a proceder do mesmo modo e, se no 2º Semestre do ano avançarem logo com os CC para o Plano de Promoções 2022, provavelmente voltarão a utilizar esta "fórmula". Esta lista de militares a apreciar é feita pela DP com base nos Despachos do CEMA nº 33/18 de 23 de Julho e nº 38/19 de 9 de Setembro, em que muitas vezes não são incluídos os militares mais antigos, por estes não atingirem um valor na avaliação do mérito igual ou inferior a 0,50 relativamente ao militar melhor posicionado na lista.

Cabe-nos então alertar e fazer despertar os camaradas que continuam convencidos de que não serão prejudicados no desenvolvimento das suas carreiras só por não constarem nas listas de militares a apreciar, mas onde estejam camaradas mais modernos e estes venham a ser promovidos. Os Ramos, e neste caso particular, a Marinha, pouca informação têm dado acerca de que medida (ou medidas) pretendem tomar para minimizar os prejuízos aos que, por força do articulado na lei, são excluídos da promoção, e que face ao exposto na alínea c) do artigo 185º do EMFAR, conjugado com o nº 2 do artigo 155º, têm que transitar para a situação de Reserva, ainda que não tenham atingido a idade legal para tal (55 anos de idade) e tempo de serviço (40 anos de tempo de serviço militar). Alertamos ainda para o nº 2 do artigo 16º, que estipula que a alínea d) do artigo 185º do EMFAR apenas se aplica aos militares que foram promovidos aos postos



de Capitão-Tenente ou Major e **Primeiro-Sargento**, após a entrada em vigor desta versão do EMFAR, que ocorreu em 01 de Julho de 2015.

Se para alguns camaradas o facto de estarem prestes a sofrer a quarta ultrapassagem começava a ser encarado como alternativa de passagem à situação de Reserva antes dos 55 anos de idade, a todos os Primeiros-Sargentos promovidos antes da entrada em vigor deste EMFAR, o artigo 185º não se aplica, o que implica a permanência na situação de Activo até atingir as condições de passagem à situação de reserva (artigo 153º do EMFAR).

É muitíssimo importante que estes assuntos fiquem assim registados, e acima de tudo, bem esclarecidos pelos órgãos de gestão de pessoal dos ramos, para que futuramente não seja dito que não foram abordados e esclarecidos. É que estamos a falar da vida de pessoas e não de meros números!

Rogério Graça ▲

*"Longe vai o tempo  
em que ajudar um camarada  
da mesma profissão gerava admiração"*

Todos os que estamos dentro da Estrutura Militar e concretamente, nas fileiras das Forças Armadas, sabemos o quanto é necessário conviver com regras e, neste caso, porque se em combate pode ter de se confiar a vida a alguém, torna-se imperativa a prática de valores como a lealdade, o espírito de corpo ou a sã camaradagem.



Não é de estranhar por isso, esses valores constarem no nosso vocabulário comum do dia-a-dia, nem mesmo de os encontrarmos como referência em forma de "deveres" nos nossos Estatutos (EMFAR), Regulamentos (RDM), Códigos (CDM) ou até na forma de "Mandamentos". Ainda servem de referência para elogiar, louvar ou condecorar alguém que por eles se tenha distinguido, devido à importância que tanto nos merecem. No entanto, será que todos nós os praticamos sempre e em todas as situações?

As experiências recentes com as mudanças introduzidas pelo novo sistema de avaliação do mérito militar (SIAMMFA), dizem-nos que não.

A verdade é que em períodos de avaliações, concretamente entre Março e Maio de cada ano, esses valores são postos à prova. Cada vez mais quem se encontra em U/E/O, os vê diminuídos. Tudo se parece dever realmente a este sistema de avaliação, no entanto não será total verdade, como pretendemos aqui demonstrar.

É, pois, verdade que o sistema tem imensas lacunas e, à semelhança de qualquer outro, não consegue ser perfei-



to, por isso mesmo e por si só, já seria suficiente para pensarmos numa forma de minimizar essas imperfeições que contribuem para as injustiças que temos vindo a constatar. Acreditando que o pudéssemos fazer, no entanto, insistimos em contribuir no sentido contrário.

Para isso contribuem avaliações estabelecidas por médias que são harmonizadas nas Unidades, grande parte das vezes com um nome à cabeça dentro do universo de postos a ele associado. Parte das vezes esse militar nem desempenha a função na sua Unidade, por vezes nem se adequa ao seu Posto (contrariando o EMFAR), por isso torna-se necessário atribuir funções nos QOP (quadros orgânicos de pessoal) que no fundo apenas são preenchidas no papel, pois na realidade não são desempenhadas. Agrava-se a situação quando se atribuem funções em acumulação, que contam para progressão na carreira e que, sendo obtidas no papel, beneficiam estes eleitos em detrimento de outros que na realidade desempenham tal tarefa e são "premiados" com notas inferiores. Com sorte não serão prejudicados uma vez mais, se a harmonização posteriormente a nível nacional se mantiver ao nível da sua, no entanto, por vezes é frequente poder ver emagrecer a sua nota umas centésimas ainda mais.

Não nos podemos esquecer de que as avaliações pretendem avaliar o que o militar fez no espaço temporal entre avaliações, ou seja, durante um ano, e dentro daquilo que foram as suas funções. Ora, se viciamos à partida as funções que atribuímos ao militar, vamos nitidamente ter de viciar, da mesma forma, a sua avaliação e aqui a falha, como rapidamente se percebe, não poderá ser atribuída ao

## TEMPO DE AVALIAÇÃO

(Forma como Interferem no Espírito de)

próprio sistema de avaliação, mas a quem o vicia.

Gostaríamos de chamar aqui a atenção para a importância que a avaliação tem hoje em dia, e cada vez mais, na carreira do militar. Com isto pretendemos dizer que ao tentarmos beneficiar alguém, ainda que inconscientemente, estaremos muito provavelmente a prejudicar outro(s), o que se deveria de todo evitar.

Nitidamente percebemos que militares que se encontram em funções de posto superior, por exemplo, deveriam ser premiados e aqueles que tendo aceitado, ilegalmente, funções de posto inferior, ainda que em funções de acumulação virtuais encapotadas no papel, mas não as exercendo na realidade, deveriam não ser sobrevalorizados. Esta situação por si só, é geradora de mau estar e obviamente colocará em causa o espírito de corpo e camaradagem, a seu tempo, na Unidade.

Como anteriormente dissemos, não existem sistemas infalíveis e completamente justos, no entanto, compete aos diversos intervenientes no processo tentar minimizar esses desvios. Também é certo de que se torna difícil minimizar o erro uma vez que todos são avaliados por diferentes avaliadores, que usam pontos de vista e parâmetros diferentes. Neste caso, seria necessário que todos os avaliadores fizessem uma monitorização consciente do desempenho dos seus avaliados para tentarem equilibrar a sua avaliação e torná-la mais justa, o que estranhamente dificilmente acontece.

Outros factores que também contribuem para desequilíbrios nas avaliações serão a necessidade de os militares mudarem de funções de dois, ou no máximo três anos, já que garantidamente sai prejudicado aquele que constantemente muda entre funções e avaliadores. Pior ainda estarão aqueles em que essas transições coincidem com épocas de avaliação. Também rapidamente percebemos que sai



## Listas... Despachos... Conselhos... + Plano de Promoções... para 2020?!

No dia 29 de Abril, decorreu uma audiência com o Almirante CEMA, por solicitação da ANS em que, dos assuntos a abordar, foi solicitado como ponto principal **A NÃO PUBLICAÇÃO ATEMPADA DAS LISTAS DE PROMOÇÃO**. Nesta audiência o CEMA fez-se acompanhar pelo Superintendente do Pessoal (SP), VALM Neves Coelho, que em relação ao assunto solicitado expôs como motivos para os atrasos sucessivos na homologação e publicação das listas de promoção o facto de estar dependente de três factores essenciais:

**Publicação do Decreto-Lei que fixa os efectivos anuais** que deve ser conhecido até ao final do primeiro semestre de cada ano e diz respeito aos efectivos para o ano seguinte (nº 5 do artigo 44º do EMFAR), o que não tem acontecido – Então e a Marinha através do seu Órgão de Gestão de Pessoal não consegue prever quantas vagas podem os seus militares vir a dispor?! O EMFAR no seu artigo 184º – Listas de promoção, entre outros esclarecimentos, contempla indicações que ajudam a ultrapassar esta dificuldade;

**Publicação do despacho conjunto dos Ministros das Finanças e Defesa Nacional que autoriza as promoções** – ora este argumento que mais se assemelha a uma arma de arremesso utilizada quer do lado da Tutela política quer do lado da Chefia Militar, de cada vez que a questão é colocada, uns

dizem que não “despacham” porque ainda não conhecem as listas de promoção, outros desculpam-se que não promovem porque ainda não há despacho a autorizar... e assim levam a água ao seu moinho;

**Aprovação do enquadramento legal do funcionamento dos Conselhos de Classes alterado por via da entrada em vigor do RAMMFA** (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas) – que foi publicado em 2016 para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2018, e que na Marinha só começou a ser aplicado em 2019, mas que em 2021 (cinco anos depois) continua a ter efeitos colaterais nocivos, para além dos prejuízos directos já causados a dezenas de militares. Esta dificuldade, segundo o VALM SP, foi considerada como “a génese da questão para o atraso nas promoções”.

Para além destes três factores apontados, a crise sanitária que temos vindo a atravessar também foi indicada como um outro motivo para estes atrasos.

No entanto temos feito o acompanhamento da publicação dos despachos de promoção referentes ao **Plano de Promoções de 2020**, e à semelhança dos anos anteriores este processo arrastou-se durante o primeiro semestre de 2021 acabando apenas por ficar concluído no final do mês de Maio de 2021 com a publicação na Ordem da Direcção de Pessoal (OP) das promoções ao posto de Sargento-Ajudante dos camaradas Primeiros-Sargentos da



Classe de Electrotécnicos, situação que levou a ANS a questionar o VALM SP sobre qual o motivo para esta demora, visto estes militares terem sido enviados para Verificação das Condições Gerais de Promoção (VCGP) na OP de 14 de Janeiro de 2021 (OP\_009\_14JAN21). Por desconhecimento do motivo deste atraso a resposta ficou para ser dada posteriormente, o que ainda não aconteceu. Os militares acabaram por ser promovidos, mas permanecem as dúvidas sobre qual será o motivo para tamanho atraso no despacho de promoção! Foi interposta alguma Providência Cautelar novamente? Será algum tipo de retaliação por outros camaradas, desta mesma Classe, o terem feito no ano anterior?

Basta uma análise às datas da antiguidade, em contraste com as datas de

assinatura dos diversos despachos, para percebermos quem acumula todos os prejuízos que estes atrasos causam.

Foi-nos transmitido na audiência, na Marinha, que há intenção de, ainda no segundo semestre de 2021, iniciar-se o processo do Plano de Promoções para 2022 com a realização dos respectivos Conselhos de Classes, permitindo a preparação das Listas de Promoção a homologar até 15 de Dezembro e a sua publicação até 31 de Dezembro conforme determina a lei.

Assim seja! A ANS cá estará para reconhecer que na Instituição Militar ainda há quem acredite que o caminho para a recuperação da moral, motivação e melhoria das condições socioprofissionais está no cumprimento da lei.

Rogério Graça ▲

## ÇÕES NAS UNIDADES

### e Corpo e Camaradagem Institucionais)

beneficiado aquele cuja função é prolongada no tempo já que consegue mais facilmente fazer a gestão do seu tempo e obter menos desgaste no serviço, com sorte tem o mesmo chefe que o avalia de acordo com a empatia gerada.

Não podemos deixar de incluir aqui a situação dos deslocamentos, já que também prejudicam de alguma forma quem é deslocado. Tendo em conta a experiência, por norma, um Comandante evita dar avaliações superiores a militares deslocados, não só porque se encontram de passagem e não irão garantir permanência na Unidade, mas porque para além disso, também têm a pressão dos militares dos seus quadros pertencentes à guarnição. Notoriamente aquele que nunca é deslocado ganha vantagem em relação ao que sendo já prejudicado por ter de ir para longe da sua área de residência, ainda vê a sua avaliação prejudicada devido à mudança de chefes e avaliadores. Nesta situação, seria justa a existência de uma única escala de deslocamentos a nível Nacional (incluindo as Regiões Autónomas) os seus militares, e em que o factor decisivo para o deslocamento fosse o tempo de permanência na guarnição.

Contrariando a situação anterior, tendo a noção de que os avaliadores não são todos iguais, será justo pensarmos em trabalhar com alguém que “goste” de nós?

É legítimo que ao sentirmo-nos bem com determinada chefia que nos defende e nos avalia de uma forma justa ou até sobrevalorizada, pretendamos continuar debaixo da sua alçada, ou no caso da chefia mudar de funções pretender que a acompanhemos. No entanto teremos de ter em conta que isso poderá ser causador de mau estar para outros militares, se não existirem bons argumentos para isso acontecer. Queremos com isto dizer que ao não se conseguir perceber porque o militar acompanha a Chefia, achando que o lugar para onde o militar é “arrastado” seria de atribuição para um



outro mais qualificado, mais antigo ou até mais merecedor, pode fazer com que os pretendentes ou quaisquer outros que vejam aquela acção como benefício e, ao não conseguir competir com a situação, sendo mais qualificado, capaz ou experiente, acaba por tentar sabotar o seu trabalho, colocando o camarada numa situação constrangedora e com prejuízo, em grande parte das vezes, para o serviço da Unidade. O exemplo contrário também é normal acontecer, o do militar escolhido para acompanhar a Chefia ser mais capaz para a função e a sabotagem ocorrer do mesmo modo, mas, desta vez, para evitar o seu sucesso.

Estamos conscientes de que este sistema não é perfeito, provavelmente não é o mais indicado e é, com toda a certeza injusto, pior se torna se ainda o carregarmos com os nossos “vícios”, com tamanha iniquidade.

Um pouco de tudo isto acontece pelas Unidades do País, mas lá para a região da “Capraria”, na zona da “Macaronésia”, no Atlântico mais ocidental, onde também existem Batalhões, poderão estar a verificar-se situações destas, onde parece haver um grupo dominante, favorecido por chefias, de modo a perpetuar funções e cargos no tempo, justificando-o com a sabotagem à missão de outros. Só assim se conseguem justificar as melhores avaliações para aqueles cuja função seria a de apoiar e aprontar uma UEB que nada tem, com riscos por isso, em não cumprir a Missão que tem atribuída.

Por tudo isto, importa interrogar-nos: como poderemos obter uma avaliação justa, equitativa e equilibrada conforme ditam a CRP (Constituição da República Portuguesa), concretamente através dos seus Artº 13º (*princípio de igualdade*),

Artº 16º (*âmbito e sentido dos direitos fundamentais*) - especificamente neste, através da Declaração Universal dos Direitos do Homem - ou ainda no Artº 25º (*direito à integridade pessoal*) materializado pelo exposto no seu ponto 1º

Em jeito de conclusão, acreditamos que ao evitar cometer estas situações injustas que acabamos de descrever, seria um bom princípio para podermos caminhar para a obtenção de uma avaliação mais justa.



Alterar o modelo da FAV (Ficha de Avaliação), concretamente a sua caixa Nº 7, onde achamos existir uma situação discriminatória e de justiça e moralidade duvidosa, em que é permitido e até solicitado a um avaliador, manter ou não, o avaliado na Unidade, podendo fazê-lo sem ter de o justificar, também nos parece um passo importante no sentido de caminhar para mais justiça.

7.1 Permanência do avaliado na unidade:	
- Desejo vivamente conservá-lo sob as minhas ordens	<input type="checkbox"/>
- Estou satisfeito em o ter	<input type="checkbox"/>
- Aceito-o mas não o pediria	<input type="checkbox"/>
- Preferia não o ter	<input type="checkbox"/>
- Não o desejo	<input type="checkbox"/>

“A única coisa necessária para que o mal triunfe...  
...é que as pessoas boas não ajam”.

Autor devidamente identificado ▲



# AREIA P'ROS OLHOS

O Sargento teve acesso a um texto enviado pelo Gabinete do CEMA a todos Sargentos da Armada. Nesse texto são dadas informações sobre a existência de Grupos de Trabalho criados para propor alterações ao RAMMFA, EMFAR e Sistema Retributivo, bem como sobre o ponto de situação em que esses trabalhos se encontram

Pela importância do que nesse texto é explanado, não podemos deixar de tecer algumas considerações:

É assumido o incumprimento da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto (Lei do direito de associação profissional dos militares).

Atente o leitor em parte do artigo 2º dessa Lei Orgânica: "As associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

a) **Integrar** conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;

b) **Ser ouvidas** sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados; [...]" (o negrito é nosso).

Sublinhe-se que no articulado do extracto acima, a Lei não estatui **nenhum local, organização ou instituição em que estejam vedados, restringidos ou proibidos os direitos das Associações Profissionais de Militares (APM) a integrar e a ser ouvidas. Seja na Assembleia da República, seja em qualquer Ministério, seja nos Ramos.**



Ora, o que é dito aos Sargentos da Armada é que esses grupos de trabalho (GT) existem, que estão a produzir propostas e que, embora não passando de intenções, a Marinha e o Conselho de Chefes de Estado-maior (CEEM) estão a tentar resolver os problemas que todos estes diplomas causam aos Sargentos e às suas famílias. Vejamos:

1. **RAMMFA** – É afirmado que existe um processo de revisão em curso, trabalho a cargo dum GT criado por deliberação do CEEM de 4 de Março de 2021, liderado pela Marinha, cujo objectivo é elaborar uma proposta conjunta de documento a submeter à aprovação do CEEM, para dar início ao processo legislativo conducente à revisão da Portaria nº 301/2016, de 30 de Outubro. Os trabalhos estarão já numa fase avançada, com conclusão breve, e darão origem a uma proposta a entregar ao Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, sendo depois apreciada/discutida em sede de CEEM, após o que será submetida superiormente à tutela (ver Nota 1, em destaque nestas páginas);

2. **EMFAR** – Também para este diploma é afirmado no texto que há um processo de revisão em curso, informando os camaradas que em 17 de Julho de 2020 (há um ano!) o GT criado para rever o EMFAR entregou uma proposta de revisão, identificando ainda quais as alterações mais relevantes contidas nessa proposta (ver Nota 2); e

3. **Sistema remuneratório** – O GT para o estudo das "disparidades remuneratórias" (sic) foi criado em Julho de 2019 e é também coordenado pela Marinha, sendo que em 6 de Março de 2020 (há mais de um ano!) foi remetida ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), através de memorando do CEEM, uma proposta de alteração legislativa ao regime remuneratório dos militares das Forças Armadas (ver Nota 3).

Aqui chegados importa perguntar:

- **Como podem estes GT ser constituídos e trabalharem sem integrar as APM e sem as ouvir?**

- Se as APM não integram estes GT, quantos representantes dos Sargentos e das Praças estão nestes GT?

- Foi a Comissão Consultiva Permanente de Sargentos da Armada (e a das Praças, uma vez que no GT haverá com certeza Oficiais) integrada para que as suas propostas fossem consideradas nos trabalhos?

- Como pode assumir-se o incumprimento da Lei, ainda que num louvável esforço de manter informados os Sargentos da Armada?

A ter por boas as informações enviadas aos camaradas Sargentos da Armada, o Ramo assume que incumpre a Lei, assim, às claras e para que todos os camaradas saibam. E é bom que os camaradas compreendam a gravidade desta conduta. Estão a tratar das nossas vidas, nas nossas costas, e agora vêm dar informações sobre o que se passa, após, nalguns casos, anos de *trabalho de bastidores*. Repete-se, isto é grave. Muito grave!

Acresce que toda a informação distribuída através deste texto sobre as medidas constantes nas propostas dos GT, quando analisada com frieza, mostra que, a serem aceites essas propostas, nenhum dos graves problemas estruturais que afectam os Sargentos da Armada e as suas carreiras serão resolvidos. São paliativos, digamos assim; não curam a doença, apenas atenuam os sintomas. Em contrapartida:

- Não há uma palavra sobre o facto de cerca de 2/3 dos Sargentos da Armada, os 2SAR e os 1SAR, não integrarem os Conselhos de Classe;

- Não há uma palavra sobre o facto de o papel de primeiro avaliador só residualmente ser desempenhado por Sargentos, qualquer que seja o seu posto;

- Não há uma palavra sobre o facto de haver 1SAR com 21 anos de posto e sem perspectiva de promoção;

- Não há uma palavra sobre o facto de as progressões horizontais da esmagadora maioria dos camaradas se fazer com saltos de apenas uma posição remuneratória.



Tal como o texto refere, há necessidade urgente de mostrar uma luz no fundo do túnel. Mas isso não significa que o túnel, ainda que se veja a luz, não esteja a aumentar de comprimento. Além disso, as propostas não passam de intenções, ainda que "bem fundamentadas, objectivas, realistas e alinhadas com as necessidades da Marinha" (sic). Pois, as necessidades da Marinha...

**Então e as necessidades dos Sargentos da Armada?!**

Sim, as necessidades daqueles e daquelas que embarcam sucessivamente, sem descanso entre comissões, durante anos e anos, por via da escassez de pessoal; as necessidades de quem faz das tripas coração para manter equipamentos obsoletos a funcionar e para cumprir a missão, devido à suborçamentação que os Ramos vivem há décadas; as necessidades dos e das que passam *décadas no mesmo posto*, ainda por cima mal remunerados; as necessidades de quem paga a sua saúde e a das suas famílias (incumprindo, também aqui, a Lei das Bases gerais do

estatuto da condição militar); as necessidades de quem se vê ultrapassado na promoção por camaradas mais modernos, por via dum sistema de avaliação que só promove o engraxaço e que mina a coesão e a disciplina. Soa a ofensa a distribuição deste texto...

Em suma, a Marinha, assim como os outros Ramos, o EMGFA e o MDN *não cumprem a Lei*. Mas é enviado um texto a todos os camaradas Sargentos, como que para os acalmar, para lhes dizer que os seus problemas estão a ser resolvidos. E resolvidos por quem? Pelos responsáveis, pelo menos em parte, pelo aparecimento desses mesmos problemas. Esses, que fazem as coisas no secretismo dos gabinetes e **sem o contributo de qualquer Sargento**, mas que de vez em quando, para dar uma aparência de entidades tutelares, fazem sair informações para que os camaradas não desesperem e continuem a cumprir o seu dever (como sempre fazem e farão), mas mais confiantes que os seus problemas estão a ser resolvidos. Ou que, pelo menos, *há intenções de os resolver*. Manobra useira, vezeira e com cheiro a bafio! Quando as coisas se tornam de uma gravidade extrema, há que fazer circular... textos. Dantes era em papel; agora as novas tecnologias permitem outro tipo de... distribuição. E, infelizmente, há quem se ponha a jeito para estes carnavais!



A determinada altura do texto pode ainda ler-se que depois da tempestade vem sempre a bonança. A sabedoria popular costuma estar certa. Mas, neste caso concreto, pensamos que melhor se aplicaria outro adágio popular: **com papas e bolos se enganam os tolos. Só que os Sargentos de Portugal, e os da Armada neste caso, de tolos, nada têm!** ▲

**Nota 1:** Cabe aqui recordar a Resolução da Assembleia da República nº 70/2019, aprovada por unanimidade, publicada no Diário da República, 1ª série — nº 99 — 23 de Maio de 2019. Esta Resolução surge na sequência da Petição promovida pela ANS:

**"Audição das associações representativas dos militares das Forças Armadas sobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas"**

A Assembleia da República resolve, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Promova a audição das associações representativas dos militares, sobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), no sentido de esclarecer as dúvidas existentes e abordar as questões mais sensíveis.

2 — Promova, em articulação com as chefias militares, as alterações necessárias ao RAMMFA, para dar resposta às preocupações transmitidas.

Aprovada em 12 de Abril de 2019.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues."

**Nota 2:** O DESL (Departamento de Estudos Sociais e Legislativos) da ANS está a trabalhar numa proposta de alteração ao EMFAR que entregará às entidades competentes. Ou seja, está a fazer o trabalho de casa (sobre o EMFAR e sobre muitos outros temas). Há muito para alterar naquele diploma, como sabemos. Assim as tais entidades competentes cumpram a Lei. A ANS informará todos os sócios (e não sócios) Sargentos sobre o andamento deste trabalho em todos os meios de que dispõe, nomeadamente aqui, n' *O Sargento*.

**Nota 3:** As 3 APM entregaram no passado dia 14 de Junho de 2021, ao Presidente da Assembleia da República, representado pelo seu Vice-presidente e deputado do PSD, Fernando Negrão, **uma petição com 7720 assinaturas, em que os peticionários requerem a "[...] produção de medida legislativa que reveja e altere a norma que regulamenta o sistema remuneratório dos Militares"**. Esta petição, que continua disponível para ser subscrita por mais cidadãos nacionais (em caso de aumento significativo do número de assinaturas, será feita uma adenda e entregue aos serviços da AR), fará o seu percurso normal e será apreciada em Plenário da AR, bem como em sede de Comissão de Defesa Nacional. Os trabalhos conjuntos de preparação das propostas das Associações legitimamente representativas dos Militares estão em curso, por forma a que este assunto, o Regime Remuneratório dos Militares, seja incluído na discussão do Orçamento de Estado para 2022, que terá o seu início no próximo mês de Setembro de 2021.



# A POLÍTICA DOS 3R, A SAGA CONTINUA

## “QUEM VIER A SEGUIR, QUE FECHER A PORTA”

A política dos 3R (Recrutar, Reter e Reinserir), tão propagandeada pelo MDN através do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (PAPSM), continua a mais não ser, pura e simplesmente, que “**Reter, Reter e Reter**”! E bem podem extinguir Comissões de Acompanhamento e criarem Grupos de Trabalho (GT) de Acompanhamento e Monitorização do Plano de Ação (conforme Despacho nº 4732/2021 de 11MAI do MDN). Acompanham, e agora monitorizam, mas, certo é que o tempo, todos os dias passa e, a coisa, não avança. E se não avança (e diga-se, nunca avançou), o defeito, só pode estar no Plano! Mas já lá vamos.



Antes, falemos de GT.... Mais um, criado pelo Sr. Ministro, ao arripio da Lei! É lamentável a postura de sucessivos ministros (de sucessivos governos) e também de sucessivos chefes militares (de ramo e do EMGFA - pois os últimos grupos de trabalho (ao nível do EMFAR e do RAMMFA) foram constituídos a esse nível)! Mais uma vez, e já não se pode acreditar, por mais que queiramos, que possa haver outra explicação, o Ministro da Defesa Nacional, de forma reiterada e, só pode ser intencional, goza com todos os portugueses, e particularmente, com os militares e seus legítimos representantes no âmbito socioprofissional – as suas Associações Profissionais de Militares (APM)! E goza porque não cumpre uma Lei da República e porque sabe, acima de tudo, que não há consequências por não a cumprir!

Ele, os seus Secretários de Estado, o Primeiro-Ministro e até o Comandante Supremo das Forças Armadas (que sobre tudo opina, mas que, acerca desta matéria, voto na matéria é coisa que terá, mas não manifesta) sabem bem o que diz a Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto (Lei do direito de associação profissional dos militares): “As associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

a) **Integrar** conselhos consultivos, comissões de estudo e **grupos de trabalho** constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;

b) **Ser ouvidas** sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados; [...]” (o negrito é nosso).

Está mais que provado que esta Lei é

**curta!** Curta para as APM porque, pese embora existindo, ninguém com responsabilidades tutelares a cumprir! Como tal, acerca deste assunto, **É MAIS DO QUE TEMPO DE MUDANÇA!**

Voltando aos 3Rs, como escrito no anterior artigo acerca deste tema, e vaticinado no final do mesmo (quais Zandingas e Mayas da adivinhação), não fosse esta malfadada pandemia, e o número de efectivos militares, principalmente em regime de contrato, na classe de Praças, mas também na de Sargentos, estaria nesta altura bem mais abaixo do limite exigível para o cumprimento das missões, nos três ramos das Forças Armadas.

Os militares, em final de contrato, desde a declaração do primeiro estado de emergência, em Março de 2020, puderam ver os seus contratos prorrogados, até Dezembro desse ano de 2020. Ainda não lá chegados, foi-lhes possível poder voltar a prorrogar, o já prorrogado, até 30 de Junho de 2021. E agora,

mais uma vez, através do Decreto-Lei nº 53-A/2021 de 16 de Junho, **vem permitir-se que voltem a poder prorrogar os seus vínculos contratuais, até final deste ano de 2021...**

Já o Quadro de Praças (para Exército e Força Aérea), nem vê-lo... E os Contratos de Longa Duração (Regime de Contrato Especial – 18 anos), só se a pandemia durar esse tempo...

Muita coisa tem de mudar em termos de atractividade nas Forças Armadas para efectivamente, passarmos a ter um Plano, que passe por Recrutar **verdadeiramente**, Reter **apenas os elementos desejáveis e indispensáveis** e Reinserir, **efectivamente, os militares no mercado de trabalho civil.**

O **Recrutar**, poderá começar com o abrir dos cordões à bolsa, Srs. Ministros (Primeiro, Defesa e Finanças)! Pois... Nós já há muito percebemos que esse é que é o verdadeiro problema... Mas, paguem melhor, e olhem que não é preciso muito melhor, basta ao nível da GNR... Desta forma, vai-se com certeza **Reter**, muitos dos inúmeros militares que debandam para essa e outras Forças e Serviços de Segurança e também para os Supermercados! E abram o Quadro Permanente para Praças. Pois... Mas para isso, também é preciso pagar ao nível da GNR (nós também já percebemos...). E para **Reinserir**, aposte-se efectivamente na formação profissional certificada e deixe-se o faz de conta. Pois... Mas para isto também é preciso investimento verdadeiro na formação... Nós também já percebemos...

Mas não há problemas... Enquanto durar a Pandemia (e ela teima em não ir embora), a reboque da mesma, com estas “possíveis” medidas prorrogativas em relação aos militares contratados, e com a convocação (a *reinserção invertida*) para os



militares dos Quadros Permanentes que se encontravam na situação de Reserva, sempre a coisa se vai disfarçando nas Forças Armadas...

**Já não há mesmo dúvidas que, definitivamente, “há males que vieram por bem”**

**... Para alguns!!!**

Continuem, todos, fingindo não ver e a empurrar com a barriga e, “**quem vier a seguir, que feche a porta!**”!

Autor devidamente identificado ▲

### ACRÓSTICO DO SARGENTO

**S**e Portugal, autor de feitos esplendorosos,

**A**inda possuir de Rei Afonso a alma,

**R**egistará com honra e doce calma

**G**erações de nobres filhos seus.

**E**ntregues à Nação de corpo inteiro,

**N**úncios de esperança num país primeiro,

**T**imbres de glória em transparentes véus.

**O**lhando o futuro esperançosos,

**S**ão, da Pátria, os seus filhos mais ditosos.

**D**e uma classe que de verde tem a cor,

**E**ncarnam códigos de honra e de valor.

**P**ertencem a uma estirpe bem antiga,

**O**rgulham-se da Pátria bem servir,

**R**eafirmam a certeza no porvir

**T**odos eles da melhor proveniência.

**U**nem almas, doces, calmas, gente amiga,

**G**raça imensa, de Sargento a condição!

**A**rautos, mensageiros da Nação,

**L**eais Homens e Mulheres... **Em continência!**

João Menezes dos Santos, SMOR/MUS

28 de Março de 2021



## EUROMIL – 6º Congresso elege nova Direcção

Eleita uma nova Direcção e debatido o racismo e o extremismo de extrema-direita, durante o 123º Presidium e o 6º Congresso da EUROMIL.

A 22 e 23 de Abril de 2021, mais de 60 delegados de associações membros da EUROMIL participaram no 123º Presidium e no 6º Congresso da EUROMIL que, devido à pandemia COVID-19, foram realizados online.

No dia 22, uma nova Direcção foi eleita pelo Congresso para o mandato em vigor nos próximos quatro anos. Foram eleitos Emmanuel Jacob - Presidente, Jörg Greiffendorf - Vice-Presidente, Ton de Zeeuw - Tesoureiro e mais seis Membros da Direcção: István Bácskai, Gerard Guinan, Jesper Hansen, António Lima Coelho, Johan Öhlén e George Zgardanas. É de registar o reforço da representação dos países do Sul da Europa neste novo elenco directivo.



Jesper Jansen – Dinamarca; Emmanuel Jacob – Bélgica; Ton de Zeeuw – Holanda  
István Bácskai – Hungria; António Lima Coelho – Portugal; George Zgardanas – Grécia  
Jorg Greiffendorf – Alemanha; Gerard Guinan – Irlanda; Johan Ohlen – Suécia

A Direcção cessante apresentou o relatório das actividades relativas ao período 2016-2021, destacando as acções desenvolvidas nas áreas dos direitos fundamentais, diálogo social, segurança e defesa, bem como no apoio directo e/ou presencial às associações e sindicatos membros da organização.

A 23 de Abril, os delegados reuniram-se para o 123º Presidium. Nesse contexto, entre os diversos pontos da agenda de trabalhos, foi organizado um painel subordinado ao tema “*Enfrentar o extremismo nas Forças Armadas*”.

Os numerosos relatos de casos de extremistas nas forças armadas, suspeitos ou condenados, levantaram a necessidade de um debate sobre este assunto. Já em Julho de 2020, a EUROMIL tinha publicado uma declaração sobre esta matéria. O debate explorou a situação actual sobre racismo e extremismo de extrema direita nas forças armadas europeias e discutiu como lidar com essa questão. O objetivo era identificar as melhores práticas e fazer recomendações à liderança política e militar para garantir o respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito, por meio do combate à violência, racismo, extremismo, xenofobia, discriminação e intolerância nas forças armadas.

Marcel Bohnert, Tenente-Coronel do exército alemão, criador na Alemanha da campanha “#WeAgainstExtremism” (#NósContra Extremismo), enfatizou que a maioria dos membros alemães das forças armadas não têm nada a ver com extremismo e estão genuinamente preocupados com esta questão. Abordou os inúmeros escândalos e casos suspeitos de

extremistas que foram revelados nas forças armadas alemãs desde 2017, particularmente nas forças especiais (KSK).

Com o apoio de camaradas seus, decidiu adoptar uma postura firme contra o extremismo e iniciou uma campanha privada nas redes sociais, com fotos de militares uniformizados usando um “hashtag”, campanha a que aderiram numerosos militares de várias categorias e ramos. A campanha que apelou a membros das forças armadas, bem como a membros de outras forças de segurança, foi apoiada por autoridades políticas, provocando um debate nacional. Bohnert, no entanto, expressou a esperança de que o projecto não termine e que mais militares continuem a aderir a esta luta.

A Direcção da EUROMIL propôs a Marcel Bohnert que a campanha pudesse ser apoiada e participada por todas as associações e sindicatos membros da organização,



o que foi prontamente aceite, com aplauso. A ANS também aderiu a esta campanha, e também na página da EUROMIL é possível ver entre as muitas imagens de militares de vários países europeus, a participação de dirigentes da ANS.



A discussão também abordou o papel das associações e sindicatos militares no combate ao racismo e ao extremismo nas forças armadas. Fidel Gomez, representante da AUME (Espanha), explicou porque é que a questão do extremismo preocupa as forças armadas e porque é particularmente prejudicial para a sua missão em matéria de coesão, politização, imagem das forças armadas na sociedade, confiança pública, missões e integração social. Abordou a infiltração de ideologias extremistas nas forças armadas espanholas, por razões históricas e políticas decorrentes do legado de Franco. Apesar da transição espanhola para a democracia, nenhuma atenção foi dada ao simbolismo do regime anterior e nenhuma pedagogia democrática pró-activa foi feita nas forças armadas. Consequentemente, há militares que ainda se sentem apegados às tradições impostas

O debate foi moderado por Caroline Henrion, membro da equipa da EUROMIL na área das questões políticas e sociais, que concluiu que o extremismo é uma ameaça para os valores europeus de diversidade e igualdade, bem como para a segurança das pessoas, o que exige que todas as partes interessadas, a nível nacional ou internacional, incluindo provedores de justiça, associações, sindicatos e sociedade civil trabalhem em conjunto, para garantir igualdade, respeito e dignidade para todos, incluindo no seio das forças armadas.

Como recomendações resultantes do debate, Caroline Henrion apontou a necessidade de legislação, políticas e planos de acção eficientes, boa formação e treino, dados de qualidade, liderança forte, mais diversidade nas instituições, espaço seguro para conversar entre camaradas, a necessidade de encorajar a autorreflexão, para lutar contra o inconsciente preconceito e desinformação e, claro, ter mecanismos de sanções e responsabilização. O papel de vigilância por parte das associações e sindicatos militares foi destacado como sendo fundamental na protecção da democracia e dos direitos humanos e na criação de um ambiente mais diversificado e inclusivo. Os Estados devem, portanto, criar um ambiente propício para a operação dos representantes do pessoal militar. A concluir, Caroline Henrion afirmou que “a EUROMIL rejeita e condena todas as formas de racismo e intolerância e permanecerá firme nas suas posições. As Forças Armadas precisam reflectir e proteger as pessoas a quem servem”. ▲



## EUROMIL - Queixa contra o Estado Português

**A** 11 de Maio de 2021, a EUROMIL, em apoio às associações portuguesas, que são membros efectivos desta organização europeia de associações e sindicatos militares, nomeadamente a “Associação Nacional de Sargentos” (ANS), a “Associação de Oficiais das Forças Armadas” (AOFA) e a “Associação de Praças” (AP), apresentou no Comité Europeu dos Direitos Sociais, órgão de supervisão independente, uma queixa contra o Estado português, por violação ou não cumprimento dos artigos 5.º e 6.º da Carta Social Europeia.



Portugal ratificou a Carta Social Europeia, em 30 de Setembro de 1991, concordando com a totalidade das suas disposições e desde 1996 tem apresentado anualmente relatórios da aplicação dos termos desta Carta a nível nacional.

Em 1996, foi adoptada a Carta Social Europeia Revista, que adapta o conteúdo da Carta às mudanças sociais fundamentais ocorridas desde a sua adopção. Esta “nova versão” entrou em vigor em 1999. Portugal, e à semelhança do que já havia acontecido em relação à Carta Social Europeia, procedeu à ratificação da Carta revista em 30 de Maio de 2001, curiosamente, pouco tempo antes da publicação,



em Portugal, da Lei Orgânica nº 3/2001 de 29 de Agosto, Lei do direito de associação profissional dos militares.

A queixa agora apresentada pela EUROMIL diz respeito ao facto de às associações profissionais de militares portuguesas não serem reconhecidos quaisquer direitos sindicais, estando, por isso, proibidas de representar colectivamente os seus membros e de celebrar acordos vinculativos com base numa prática de diálogo social efectiva. A queixa tem lugar no quadro do procedimento de reclamação colectiva adoptado no Protocolo Adicional à Carta Social Europeia que prevê um sistema de reclamação colectiva.

Em conferência de imprensa, via vídeo, no mesmo dia, o Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, explicou que, embora o direito à liberdade de associação tenha sido concedido aos militares portugueses em 2001, o reconhecimento e o exercício (efectivos) de determinados direitos pelas associações militares continua a ser “*uma caixa bonita, mas vazia de sentido*”. Passados praticamente vinte anos, os militares portugueses continuam a não poder representar os seus membros para a protecção dos seus interesses económicos e sociais, nem a poder negociar

acordos colectivos, em diálogo social vinculativo, com o “empregador”.

Consideramos ter particular significado o facto desta queixa ter sido apresentada exactamente quando Portugal detém a Presidência da União Europeia, tornando ainda mais evidente a falta de cumprimento de diplomas anteriormente ratificados.

Além disso, os dirigentes da Cimeira Social da União Europeia, reunidos no Porto, nos dias 7 e 8 de Maio de 2021, insistiram em afirmar que a participação dos sindicatos é a pedra angular de uma Europa Social. No entanto, os militares portugueses não têm direitos sindicais reconhecidos, contrariamente ao que prevê legislação europeia que Portugal ratificou. Portanto, a EUROMIL, em contacto permanente com as associações portuguesas membros desta organização, entendeu que esta era a hora de agir.

A reclamação visa, assim, a obtenção do estatuto sindical para as associações militares profissionais em Portugal. “*O direito sindical consiste em encontrar acordos comuns em benefício dos militares, de suas famílias e das próprias Forças Armadas*”, destacou o Presidente Jacob. ▲

## Direitos sindicais para os trabalhadores do sector público: Lançamento de um projecto conjunto!

Em 25 e 26 de Maio de 2021, a EUROMIL participou no lançamento da Conferência, “*Fortalecimento e defesa dos direitos sindicais no sector público*”, um projecto conjunto com a EPSU (Confederação Europeia de Servidores Públicos) e a EuroCOP (Organização Europeia de Sindicatos de Polícia). Este projecto, que é apoiado pela Comissão Europeia, pretende avaliar o actual quadro legislativo da União Europeia (UE) relativamente aos direitos sindicais para os trabalhadores do sector público, incluindo militares e polícias. Liderada por Alexander de Backer da Universidade de Ghent, envolvendo assim a Academia, a pesquisa analisará a natureza específica do contexto da política e da prática sobre esta questão e incluirá uma série de reuniões regionais paralelas que decorrerão em 2021 e 2022. A primeira será em meados de Setembro de 2021 e integrará os países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, França, Malta, Itália, Grécia e Chipre).

A conferência abriu com uma visão geral feita por A. de Backer sobre os direitos dos trabalhadores nos serviços públicos, na Europa, seguida por uma apresentação, feita por Adam Pokorny, Chefe de Unidade no Sector do Emprego, sobre o tratamento dado aos trabalhadores dos serviços públicos no âmbito das directivas sociais europeias.

A. de Backer destacou a questão sobre diferenças na terminologia e o que exactamente se entende sobre o termo “trabalhador”. Para os membros da EUROMIL, o mais interessante apontado como objectivo principal, será alcançar o direito de negocia-

ção colectiva para os militares. O presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, expressou a frustração, repetida por muitos, sobre as cláusulas de exclusão nos regulamentos. Em resposta A. Pokorny apontou que, pelo menos no âmbito da Directiva do Equilíbrio entre Trabalho e Vida, não há tolerância para a exclusão dos trabalhadores do sector público. No entanto, foram destacados os perigos para a democracia quando há servidores públicos que são impedidos de aceder aos seus plenos e fundamentais direitos.

O segundo e último dia da conferência abriu a discussão aos demais participantes. Nadja Salson, da EPSU, levantou a questão de saber até que ponto o diálogo social sectorial da UE protege os direitos sindicais ou mesmo ajuda a alcançar novos direitos. Foi uma forma provocatória de começar o dia, quando Nadja Salson destacou o conflito entre a teoria - *o diálogo social da UE pode e deve proteger e alcançar novos direitos sindicais* - e a realidade - *a existência de obstáculos e disfunções estruturais profundamente enraizados em todo o quadro legislativo europeu*.

Tal como sucede com o conceito de “trabalhador”, foi uma vez mais apontada a falta de consenso na UE sobre a terminologia, agora especificamente sobre a definição de “diálogo social”. A absoluta importância de uma ampla rede de diálogo social europeia foi sublinhada, sendo sugerido que isso ajudaria os trabalhadores a nível nacional.

Carlos Carrion Crespo, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentou os

resultados de uma pesquisa da OIT sobre os direitos das forças policiais se. Novamente trouxe a debate as diferentes perspectivas da situação deste contexto a nível internacional. Um ponto particularmente interessante apresentado por Carrion Crespo foi a importância de reconhecer o contexto histórico do país que está a ser examinado, sendo uma tendência observada nos resultados da pesquisa, as semelhanças entre países anteriormente colonizados. Este ponto foi também abordado no painel final por Antoinette Cunningham da AGSI (Sindicato de Polícia) da Irlanda e Karin Brunzell do ST (Sindicato de Polícia) da Suécia. Foi interessante perceber as diferenças marcantes entre a Suécia e a Irlanda, destacadas posteriormente pelo membro da Direcção da EUROMIL, Gerard Guinan.

Uma questão colocada a Karin Brunzell por António Lima Coelho, membro da Direcção da EUROMIL, deu uma ideia da natureza incrivelmente complicada de lidar com a questão dos direitos sindicais dos trabalhadores do sector público. A questão incidiu sobre o facto de saber, se na Suécia, onde todos os trabalhadores se podem sindicalizar com pouca ou nenhuma restrição, isso de alguma forma seria utilizado pelos governantes, recebendo e negociando com sindicatos menores e menos representativos, para estabelecer acordos insatisfatórios, deixando os sindicatos mais representativos na infeliz situação de reduzir a sua própria influência ao serem posicionados em “segundo lugar”. Karin Brunzell confirmou que este pode ser realmente



um problema, também enfrentado pelos trabalhadores do sector público, na Suécia. Alertou os participantes para os perigos da fragmentação representativa em inúmeros sindicatos, só porque o direito existe!

Momento algo significativo na sessão final terá sido a declaração muito clara e directa feita pelo membro do painel Philippe Lamberts, eurodeputado dos Verdes/Aliança Livre Europeia, de que, em sua opinião, o tão discutido e elogiado Pilar Europeu dos Direitos Sociais é, no entanto, inspirado por sentimentos neoliberais e que, na realidade, não chegámos a uma viragem ideológica como a que foi retratada na recente Cimeira do Porto em Maio de 2021. Esta foi uma declaração algo forte sobre a questão dos direitos sindicais para os trabalhadores do sector público, vinda de um deputado ao Parlamento Europeu.

Ambas as sessões motivaram um debate extremamente rico, com uma ampla gama de experiências partilhadas entre participantes e palestrantes. Além disso, embora este projecto conjunto se proponha a lidar com um desafio difícil, a discussão revigorante que já se viveu apenas nos primeiros dois dias, é certamente um sinal positivo do que está por vir e, desejavelmente, abrirá caminho a uma discussão positiva e activa, com impacto no fortalecimento dos direitos sindicais para os trabalhadores de todos os sectores públicos, em toda a Europa. ▲



## Gil Benido Homenageado na ESE



No passado dia 22 de Abril foi realizada uma singela homenagem ao camarada e amigo Gil Benido, na ESE - Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha.

O Sargento-Ajudante de Transmissões Gil Fernando Paiva Benido, nascido a 2 de Junho de 1975, faleceu no dia 18 de Junho de 2017, no decorrer de um ataque terrorista nos arredores de Bamako, no Mali, onde se encontrava numa missão da União Europeia.

A cerimónia de descerramento de uma placa foi presidida pelo 2ºCmndt da ESE, TCor Art Rui Alberto Ferreira Coelho Dias. Na ocasião, o Capelão, TCor Serviço Religiosos Manuel Morouço Almeida Ferreira, proferiu uma breve oração.

Antes de descerrada a lápide, num momento de grande simbolismo e fortes emoções, o SAJ Tm Duarte Gato, em representação do 25º Curso de Formação de Sargentos, proferiu as seguintes palavras:

*"Bom dia a todos.*

*Cabe-me a mim, em representação do 25º CFS, proferir umas breves palavras acerca desta singela cerimónia.*

*Infelizmente, já havíamos homenageado anteriormente os camaradas Martins e Guerra. Chega agora a hora de o fazer em relação ao camarada Gil Benido.*

*Digo infelizmente, pelas circunstâncias, sabendo de antemão que todos nós preferíamos não ter nomes de camaradas falecidos em placa alguma nesta escola.*

*Mas em certa parte há que reconhecer, felizmente, que da parte da Escola existe esta abertura para aquilo que consideramos ser um dever: Honrar a memória dos nossos.*

*Todos os que tiveram o privilégio de privar com o Gil Benido, sabem bem a pessoa que ele era: um verdadeiro amigo e camarada, sempre pronto a ajudar quem quer que fosse, afável e bem-disposto.*

*A sua partida, em missão no Mali, deixou em nós um sentimento de vazio.*

*É-nos quase impossível não o recordar brincalhão e de sorriso rasgado. Será sempre essa a imagem que ficará.*

*Resta-nos imortalizar o seu nome nesta parede, sabendo a saudade que deixa, entre nós, mas não esquecendo também a família, que hoje não pode estar presente.*

*Que descanse em paz!"*

Assim, nesta singela, mas significativa cerimónia, o nome do SAJ Gil Benido, ficou perpetuado nas paredes da ESE, para todo o sempre.

Até sempre, camarada e amigo!

SAJ Tm Painhas ▲



## No Centenário de Vasco Gonçalves



O Núcleo do Porto da Associação Conquistas da Revolução – ACR, fez um convite à ANS para o lançamento e apresentação de um livro de autoria do Professor António Avelãs Nunes, no Porto, ao qual tive todo o gosto de me juntar.

Os promotores do evento, com a sala cheia, mas com o distanciamento social exigido, fizeram questão de agradecer publicamente a presença de todos os ilustres convidados, entre eles a ANS. Assim sendo, também eu agradeço a oportunidade de estar presente, como membro dos Órgãos Sociais, em representação da nossa associação.

Sobre a apresentação, posso dizer que, a determinada altura, dei-me conta de estar a receber uma aula de política, ética e moral sem nunca descartar aspectos da história, que eu próprio desconhecia, acerca do 25 de Abril e de Vasco Gonçalves, o Homem, o Militar e o Primeiro Ministro, numa só pessoa.

O autor, António Avelãs Nunes, conseguiu, segundo a minha perspectiva, passar a mensagem de que Vasco Gonçalves foi, e sempre será, um homem do MFA, que privilegiava os valores militares, humildade, dever, generosidade e dignidade. Valores estes que o tornaram forte, compreensivo e tolerante, sublinhando que "uma verdadeira justiça revolucionária exige que (...) o saneamento se não faça com base em ódios recalcados, em ambições de promoções, em razões de carácter pessoal. Devemos dar o maior exemplo de idoneidade moral...". No entanto deixo abaixo a ideia que mais me

marcou numa altura em que se abriram muitas portas para a liberdade.

Vasco Gonçalves, um Homem do MFA num Portugal a arder, com uma confiança: "O que mais me espanta nestes tipos é a falta de Patriotismo!"

Rui Santos ▲

Também no dia 27 de Maio de 2021, na Casa da Imprensa, em Lisboa, respeitando rigorosamente o cumprimento das normas de segurança, a Associação Conquistas da Revolução- ACR procedeu à apresentação deste livro.

Na mesa, o Presidente da Assembleia Geral da ACR, Comandante Manuel Begonha, expôs os motivos da sessão e apresentou os outros dois membros da mesa: o Comandante Almada Contreiras, que fez a apresentação do livro e o autor, António Avelãs Nunes, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra.

O autor falou-nos do livro, do homem, o General Vasco Gonçalves e da importância que teve enquanto Primeiro-ministro dos quatro governos provisórios a que presidiu, e nas transformações e conquistas democráticas feitas para o povo português, nos anos de 1974 e 1975, realçando a forma como governou para o povo.

A ACR, através dos seus núcleos em diversos locais do País, continua a fazer a apresentação do livro, de uma forma descentralizada, no âmbito do centenário de Vasco Gonçalves.

## ASMIR – Comemorou 34 anos



No passado dia 27 de Junho, Domingo, a ASMIR – Associação de Militares na Reserva e Reforma, assinalou a passagem dos 34 anos de existência.

Este acto comemorativo decorreu na cidade do Entroncamento, local onde a ASMIR tem as instalações da sua sede nacional.

O Presidente da Direcção, MGen Norberto Bernardes, na sua intervenção, saudou todos os presentes e todos quantos não puderam estar. Abordou as preocupações manifestadas e sentidas pela maioria dos seus associados, mas que são, muitas delas, transversais aos militares em geral, e não apenas aos que se encontram na situação de Reserva e de Reforma, pois estão relacionadas com a Assistência na Doença aos Militares e a Assistência

Social Complementar. Estas situações têm feito com que a ASMIR questione, muitas vezes, as responsabilidades do IASFA, mas sobretudo, as responsabilidades e falta de resposta por parte do Ministério da Defesa Nacional, ou seja, do governo.

As limitações e cuidados impostos pela situação de pandemia que ainda atravessamos, motivou que muitos associados e convidados não pudessem estar presentes. ▲



## ASM Inaugura Sede Nacional



A Associação Salgueiro Maia (ASM) realizou a cerimónia de inauguração da sua Sede Nacional, no passado dia 29 de Maio de 2021, num espaço cedido pela Câmara Municipal de Santarém, no antigo quartel da Escola Prática de Cavalaria (EPC).

A convite da ASM para participar na cerimónia, a Associação Nacional de Sargentos (ANS) fez-se representar pelo seu Presidente do Conselho Fiscal, SMor Mário Pereira.

Esta cerimónia contou com a presença da viúva de Salgueiro Maia, Natércia Maia, de representantes das Autarquias de Santarém, Lisboa, Arruda dos Vinhos e Castelo de Vide (de onde era natural Salgueiro Maia), de representantes da Casa Militar do Presidente da República e dos 3 Ramos das Forças Armadas, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), da Liga dos Combatentes de Santarém e de outras entidades privadas.

O Presidente da Assembleia Geral da ASM, abriu a cerimónia, dando as boas vindas a todos os presentes. De seguida, foram entregues os "Diplomas de Sócio Honorífico" aos representantes de todas as autarquias e às entidades militares e civis que mais colaboraram com a ASM.

O Presidente da Direcção da ASM, Coronel Andrade da Silva, fez uma intervenção

onde evocou o Capitão de Abril, Fernando José Salgueiro Maia, relembrados os valores de cidadania e exemplo de vida de um dos mais notáveis Portugueses. Por isso, a Associação, pretende utilizar a sua sede para a realização de actos públicos e perpetuar a memória de Salgueiro Maia, os seus valores e o Espírito de Abril, intervindo cultural e socialmente na sociedade.

Junto à porta de entrada da Sede Nacional da ASM, foi descerrada uma placa evocativa da inauguração, pela viúva do Capitão de Abril, em conjunto com o presidente da Câmara Municipal de Santarém e com o presidente da ASM. Na placa destaca-se o lema da ASM "...SOMOS TODOS CAPITÃES...". Foi, também, inaugurada uma exposição temática alusiva a Salgueiro Maia.

De seguida, foram cantadas, pela soprano Rafaela Albuquerque, acompanhada pelo músico Nuno Barroso (filho do associado fundador da ASM, o cantor Pedro Barroso), músicas de Zeca Afonso, entre outras, "Grândola, Vila Morena" e o Hino Nacional a encerrar a cerimónia.

De referir que "Grândola, Vila Morena" foi adoptada como o hino da ASM, porque, Salgueiro Maia pediu para ser enterrado em campa rasa, no cemitério de Castelo de Vide e que fosse cantada esta música no dia do seu funeral.

Mário Pereira ▲

## TOMARAM POSSE NOVOS DIRIGENTES DA AOFA

No passado dia 26 de Junho, tomaram posse os membros dos novos corpos sociais da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

Neste acto de posse, apenas duas intervenções: a do Tenente Coronel António da Costa Mota,

presidente do Conselho Nacional e a do Capitão de Mar e Guerra António Almeida Moura, presidente da Assembleia Geral.

Devido à situação pandémica que vivemos, esta cerimónia, sem convidados institucionais, teve lugar no pavilhão da Socie-

dade Recreativa Musical Trafariense, colectividade da Freguesia em que está situada a sede da AOFA, estando presentes apenas os Membros dos Órgãos Sociais e a advogada da AOFA, Dr<sup>a</sup> Raquel Alves, alvo de uma homenagem. ▲



CMG António Almeida Moura e TCor António da Costa Mota

## Parabéns, Sargento-Chefe Vitor Geitoeira!

O Sargento-Chefe Paraquedista Tm, Victor Geitoeira, do Exército Português, integrado na Missão de Treino da União Europeia no Mali (EUTM-Mali), foi condecorado, no dia 27 de Março, com a medalha de Serviço da Política Europeia de Segurança e Defesa (CSDP). Esta medalha destina-se a reconhecer os serviços prestados nas operações de gestão de crises nas missões da União Europeia.

O militar, que desempenha funções no quartel general da missão, na área das comunicações, vê agora o seu trabalho e dedicação reconhecidos na EUTM-Mali.

A cerimónia, realizada no Quartel-General da Missão da União Europeia, em Bamako, no Mali, foi presidida pelo Comandante da força, Brigadeiro-General



Fernando Gracia Herreiz, de Espanha, e contemplou ainda a condecoração de militares de outras nações na missão.

O camarada Vitor Geitoeira é, desde há muitos anos, delegado e dirigente da ANS, desempenhando nos actuais Órgãos Sociais o cargo de Secretário da Assembleia-Geral. ▲



## AUME Elege Nova Direcção



Em 9 de Maio de 2021, a AUME realizou a sua Assembleia Geral Anual da qual resultou a eleição de uma nova Direcção composta por dez membros:

Secretário-Geral - Iñaki Unibaso; Secretário para a Organização - Iván Alcántara; Secretário das Finanças - Rafael Cabañas; Membros da Direcção: Fidel Gómez, José Luis Rugeros, José Vicente Maleno, Raúl Lorente, Alejandro Gutiérrez, Miguel Ángel Fernández e Enrique Ginés Roger.

Apenas quatro destes membros vêm da anterior Direcção.

Pela primeira vez desde a fundação da AUME, o líder histórico Jorge Bravo não integra a Direcção, embora continue a apoiar, de perto, as actividades da Associação.

Jorge Bravo foi um pioneiro das associações profissionais de militares no activo, em Espanha, cujo activismo e voz forte na defesa dos direitos e da dignidade dos seus camaradas implicou ter de enfrentar sanções disciplinares em várias ocasiões, passando vários meses em prisões militares. A ANS, por diversas vezes, participou em território espanhol, em jornadas solidárias de apoio a Jorge Bravo, à AUME e aos militares espanhóis.

O Plano Estratégico da nova Direcção da AUME, para o período 2021-2024,

aprovado nesta Assembleia Geral, inclui os seguintes objectivos principais:

- . Requerer a negociação sobre as condições profissionais dos "trabalhadores em uniforme";
- . Manter a campanha por remunerações justas;
- . Exercício de direitos fundamentais como qualquer outro cidadão;
- . Igualdade entre homens e mulheres nas unidades militares;
- . Direitos humanos e valores democráticos nas forças armadas;
- . Lei Integral da carreira militar;
- . Reforçar o treino interno para dirigentes associativos;
- . Fortalecer a visibilidade da rede de representantes associativos;
- . Consciencialização sobre o associativismo profissional nas forças armadas;
- . Promoção de acções conjuntas entre associações profissionais;
- . Desenvolver a vocação europeia através da ligação à EUROMIL.

A AUME, associação com quem a ANS tem uma forte ligação e inúmeros trabalhos conjuntos em ambos os lados da fronteira, é a única associação profissional espanhola de militares no activo que, transversalmente, congrega todas as categorias. ▲



## 25 de Abril – 47 anos

### APM DESFILAM NA AVENIDA DA LIBERDADE



Na tarde de 25 de Abril, as APM voltaram a desfilarem na Avenida da Liberdade, em Lisboa

As Associações Profissionais de Militares (APM), como é tradição, desfilaram, ou melhor, voltaram a desfilarem, no passado dia 25 de Abril na Avenida da Liberdade, em Lisboa, celebrando o 47º aniversário da Revolução dos Cravos.

As APM não poderiam deixar de participar nesta demonstração popular.

Principalmente numa altura em que os valores de Abril são, quer sub-repticiamente, quer descaradamente às claras, cada vez mais postos em causa por alguns que, a coberto da Liberdade que a Revolução lhes trouxe, ousam trazer bafientas “ideias novas” para o debate político e para a sociedade portuguesa.

Quer pela sua prática do dia-a-dia, quer nestas simbólicas iniciativas, as APM estarão decididamente do, e ao, lado dos que defendem a Democracia, a Liberdade e o Povo Português, como estatui a Constituição da República Portuguesa, que completou 45 anos em 2021 e que os Militares juraram defender, com o sacrifício

da própria vida, se necessário.

Foram os Militares, com o apoio das massas populares, que puseram fim ao regime fascista, naquela madrugada maior da História nacional. Por isso, agora e no futuro, os Militares continuamente clamam: **25 DE ABRIL, SEMPRE!**

Luís Bugalhão ▲



O Futuro de Abril!

## ABRIL EM MAIO!

A Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa realizou no dia 15MAI21 a tradicional *feira popular* na Praça Paiva Couceiro. Foi o retomar da comemoração popular na rua, depois de em 2020 não o ter feito devido às restrições derivadas do combate à COVID-19

Com efeito, as comemorações de 2020 foram sendo distribuídas por outras iniciativas promovidas pela Comissão. Já em 2019 se optou por semelhante abordagem, nessa altura por causa do mau tempo. Por isso este ano, as organizações da Comissão decidiram que era tempo de voltar à rua, dando continuidade a um evento que é já uma tradição naquele espaço de Lisboa. Contudo, mais uma vez, o mau tempo voltou a inviabilizar a comemoração na noite de 24 de Abril.

A opção era simples: ou se adiava para data posterior ou voltar-se-ia ao formato distribuído por outros eventos de comemoração. Mas havia uma grande vontade de celebrar os 47 anos do Dia da Liberdade na rua. A Comissão decidiu assim fazer a *feira* a 15MAI21, durante a tarde.



Coro Infantil da Voz do Operário

As crianças da Voz do Operário abriram o evento, com alegria e espontaneidade, iniciando assim o espectáculo de artistas convidados, que graciosamente aderiram à festa. Houve lugar também para várias intervenções que avivaram a memória do que foi aquela madrugada libertadora e homenagearam os militares que a levaram a cabo, antes de, em comunhão, o Povo ter aderido e tomado conta da Revolta, transformando-a em aliança Povo-MFA.

Dessas intervenções, destacamos a mensagem enviada pela ACR (Associação Conquistada da Revolução), que habitualmente traz um Militar de Abril, um dos corajosos militares que participaram na operação em si. Mas, como a lei da vida não perdoa, é já difícil encontrar homens que o possam fazer (ainda mais quando, em 2021, a ACR se encontra empenhada em celebrar o 100º aniversário do nascimento de Vasco Gonçalves, com iniciativas e compromissos em vários pontos do País). Assim, e fazendo jus à ideia de que Militar de Abril é, não apenas quem esteve nas operações, mas também todos os militares que ainda hoje lutam para que Abril continue como farol do Portugal Democrático, essa mensagem foi lida por António Lima Coelho, na sua condição de sócio da ACR.



Vitor Agostinho, Presidente da Direcção da Voz do Operário e Lima Coelho (Fotografia de Nuno Agostinho)

A ANS, como desde há anos o faz, participou activamente na organização e realização do evento. E vai continuar a fazê-lo no futuro, pois, como se disse no Manifesto subscrito por todas as entidades que constituem a Comissão: “Comemorar Abril hoje [...] tem grande importância, para reafirmarmos o imenso valor democrático das suas conquistas e projectar o espírito e os valores de Abril para as gerações futuras.”

Luís Bugalhão ▲



## ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Esta edição do nosso jornal vem até vós numa altura em que, pela força das circunstâncias pandémicas que enfrentamos, não foi possível assinalar e comemorar os 32 anos da ANS de uma forma mais participada e visível. No entanto, os ataques contra a Condição Militar, os efeitos perversos de um RAMMFA num processo de avaliações muito problemático e nada unificador, as dificuldades resultantes da ADM estar integrada no IASFA, os continuados atrasos nas promoções, entre muitas outras matérias de âmbito socioprofissional, exigiram muita entrega, mas também muita imaginação para encontrar a melhor capacidade de resposta aos inúmeros problemas e dificuldades que os camaradas fazem chegar à Direcção.

Desta intensa actividade associativa damos conta num breve resumo:

02ABR – Evento promovido, via electrónica, pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto no âmbito do 45º aniversário da Constituição da República Portuguesa. ANS representada por L.Coelho;



06ABR – Reunião com Sargentos da Marinha, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.Galvão e J.L. Silva;

06ABR – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, preparatória das comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;

07ABR – Reunião Ordinária de Órgãos Sociais da ANS, através de plataforma electrónica;

08ABR – Reunião, via electrónica, entre o Presidente da EUROMIL e L.Coelho;

09ABR – Cerimónia no Mosteiro da Batalha, promovida pela Liga de Combatentes, alusiva ao 103º aniversário da Batalha de La Lys; 100º aniversário do Soldado Desconhecido e 100º aniversário da Liga. ANS representada por L.Coelho;



13ABR – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, preparatória das comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;

14ABR – Reunião de representantes das APM com a EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

20ABR – Reunião entre as Direcções das APM, através de plataforma electrónica. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

21ABR – Cerimónia na Voz do Operário, em Lisboa, promovida pela ASPP/PSP no âmbito do 32º aniversário dos “Secos e Molhados”. ANS representada por L.Coelho;



22ABR – 6º Congresso e início do 123º Presidium da EUROMIL, via electrónica. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

22ABR – Reunião do Secretariado da ANS, através de plataforma electrónica;

23ABR – 123º Presidium da EUROMIL, via electrónica. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

25ABR – Desfile popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa, comemorativo do 47º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974;

27ABR – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, preparatória das comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;

29ABR – Audiência com o Almirante CEMA, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça e C.Colaço;



03MAI – Assembleia geral de Apresentação de Contas e Plano, na sede da ANS em Lisboa;



04MAI – Reunião de representantes das APM com a EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

05MAI – Reunião com Advogados, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

05MAI – Reunião Ordinária de Órgãos Sociais da ANS, através de plataforma electrónica;

06MAI – Audiência com o General CEMFA, em Alfragide. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e N.Bento;

07MAI – Webinar, promovido pelo IASFA, via electrónica, sobre o tema “Comu-

nicação Institucional em Tempo de Pandemia – Que Desafios?”. ANS representada por L.Coelho;

07MAI – Reunião da Direcção da EUROMIL, através de plataforma electrónica. ANS representada por L.Coelho;

08MAI – Participação das APM na Manifestação no Porto, por ocasião da Cimeira Social Europeia. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e A.Nabais;



09MAI – Cerimónia promovida pela ACR, na Voz do Operário, em Lisboa, no âmbito do Centenário do General Vasco Gonçalves. ANS representada por L.Coelho;

11MAI – Conferência de Imprensa, via electrónica, promovida pela EUROMIL, no âmbito da Queixa apresentada contra o Estado Português. ANS representada por L.Coelho;

15MAI – Comemoração do 47º aniversário do 25 de Abril, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, numa iniciativa da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão, J.Gonçalves e A.Taveira;

20MAI – Participação das APM na Manifestação, em Lisboa, junto ao Palácio da Ajuda. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça e L.Bugalhão;



21MAI – Cerimónia promovida pela ACR, no Porto, para apresentação de um livro. ANS representada por R.Santos;

25 e 26MAI – Lançamento, via electrónica, da Conferência promovida pela EPSU, EUROMIL e EuroCOP subordinada ao tema “Fortalecimento e defesa dos direitos sindicais no sector público”. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

29MAI – Cerimónia em Belém, promovida pela Liga de Combatentes, alusiva ao “Dia dos Capacetes Azuis”. ANS representada por L.Coelho;

29MAI – Inauguração da Sede da ASM, em Santarém. ANS representada por M.Pereira;

01JUN – Reunião da Direcção da EUROMIL, através de plataforma electrónica. ANS representada por L.Coelho;

02JUN – Reunião Ordinária de Órgãos Sociais da ANS, através de plataforma electrónica;

08JUN – Trabalhos na nova sede da ANS a cargo de L.Bugalhão, J.Galvão e F.G.Silva;

14JUN – Trabalhos na nova sede da ANS a cargo de L.Bugalhão, J.Galvão e J.Castro;

14JUN – Entrega de Petição na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;



16JUN – Trabalhos na nova sede da ANS a cargo de L.Bugalhão, J.Galvão e J.Pereira;

21JUN – Reunião com Advogados, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

22JUN – Reunião do Secretariado da ANS, através de plataforma electrónica;

25JUN – Audiência com o General CEME, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, R.Graça e J.Galvão;

28JUN – Reunião, via electrónica, com representantes de associações e sindicatos militares dos países do Sul da Europa e a Direcção da EUROMIL no âmbito da Conferência “Fortalecimento e defesa dos direitos sindicais no sector público”. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

29JUN – Reunião da Direcção da EUROMIL, através de plataforma electrónica. ANS representada por L.Coelho;

30JUN – Trabalhos na nova sede da ANS a cargo de L.Bugalhão e J.Galvão;

01JUL – Trabalhos na nova sede da ANS a cargo de L.Bugalhão, R.Graça e N.Bento;

À hora do fecho desta edição do nosso jornal continuam os trabalhos com vista à mudança para as novas instalações da sede social. Estão a ser ponderadas reuniões com os camaradas dos diversos ramos, presenciais ou através dos mecanismos electrónicos disponíveis, porque os problemas socioprofissionais persistem e/ou agravam-se. Entre muitas outras actividades e preocupações, está também em preparação uma Assembleia Geral, que esperamos possa ocorrer no espaço da nova sede, we estão em preparação uma série de documentos e propostas sobre as matérias de âmbito socioprofissional. Destas actividades, projectos e documentos daremos conta na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲



## O Sonho: Um Exemplar da CRP em cada Lar!

No dia 2 de Abril de 1976 nasceu a Constituição da República Portuguesa, a Lei Fundamental que os Militares juram guardar e fazer guardar! Apesar das alterações que tem sofrido, ainda consagra os direitos que assistem aos cidadãos.



Início da última sessão da Assembleia Constituinte, Lisboa, em 2 de Abril de 1976. Eleita em 25 de Abril de 1975 para aprovar a Constituição saída da Revolução Portuguesa de 25 Abril de 1974, foi dissolvida com a aprovação da Constituição da República Portuguesa  
Fotografia de Luís Vasconcelos/LUSA

No dia 2 de Abril passaram 45 anos sobre a data da aprovação do texto da Constituição da República Portuguesa. Os deputados da Assembleia Constituinte, apenas com o voto contra da bancada do CDS, votaram o texto da nossa Lei Fundamental.

Após 48 anos do regime ditatorial, o texto da Lei Fundamental assumiu um sentido progressista, de consagração de direitos, nomeadamente nas áreas da educação, protecção social, trabalho, habitação e saúde. Mas também consagrou o reconhecimento de inúmeras liberdades. Entre outras, a liberdade de imprensa, de associação e de partidos políticos, liberdade sindical, de criação e fruição cultural, e liberdade de consciência.

Pelo efeito da sua aplicação na sociedade portuguesa, muitas foram as mudanças operadas na promoção, criação e manutenção de estruturas sociais, laborais e políticas, que constituem o maior garante da actualidade do projecto saído da Revolução do 25 de Abril.

A Constituição da República não foi, desde o seu início, apenas um acervo de normas, mas um modelo e um projecto de sociedade democrática e popular. As sucessivas revisões constitucionais ditaram muitas mudanças, mas não lhe retiraram a essência progressista. As sete revisões de que foi alvo fragilizaram-na do ponto de vista democrático, mas não atingiram o seu carácter progressista nem a forte ligação aos direitos mais fundamentais dos cidadãos.

As intenções de descaracterização e de esvaziamento das funções sociais que ainda consagra, constituem um perigo para o desenvolvimento nacional. A situação de pandemia com que estamos comprovados e muitas das medidas preconizadas vieram, nalguns casos, comprovar estes perigos.

Ao contrário do que algumas vozes pretendem, a Lei Fundamental do País não é uma fonte de problemas. Na verdade, muitos dos problemas advêm do incumprimento pleno da CRP, mas também de práticas políticas divergentes dos seus princípios fundamentais.

Desde há muitos anos que, politicamente se procura misturar e/ou confundir os conceitos de “segurança e defesa”. Essa mistura de conceitos tem sido um dos motes para se tentar mais alguma alteração ao texto constitucional, havendo quem queira aproveitar a maior visibilidade que as Forças Armadas têm tido no âmbito do combate à pandemia para justificar mais essa revisão. Que as Forças Armadas contribuam neste combate, é uma situação prevista e devidamente enquadrada, mas deve ser entendida como uma situação extraordinária, que não deve ser confundida com aquilo que



é o normal papel constitucional atribuído às Forças Armadas.

No 40º aniversário da CRP, por proposta das Associações Profissionais e Clubes de Militares apresentada ao então presidente da Câmara Municipal de Almada, Joaquim Judas, numa iniciativa conjunta, dinamizada pelo município almadense, produziu-se uma edição de mais de 25.000 exemplares da CRP, com ilustrações de artistas residentes no Conselho, sendo posteriormente distribuídos pelas escolas do Conselho de Almada, naquilo que seria “o sonho, ainda que utópico, de ver, um dia, um exemplar da CRP em cada casa”, pois os cidadãos só podem cumprir e exigir os seus direitos se conhecerem a sua Lei Fundamental E conhecer a Lei que consagra os seus deveres e direitos fundamentais é também defender a Constituição da República. Em 2014, Almada deu um bom contributo para a realização de tal sonho!

“O Sargento” regista com curiosidade e satisfação, a Resolução da Assembleia da República nº 170/2021, aprovada em 29 de Abril de 2021, cujo texto se transcreve:

**“Propõe a oferta de um exemplar da Constituição da República Portuguesa a cada estudante do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário**

*A Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, na celebração do 45.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, honrando o compromisso para com a Democracia e o Estado de Direito, fazendo cumprir o direito à educação na sua mais plena aceção, resolve oferecer a cada estudante, do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, uma edição da Constituição da República Portuguesa.*

*Aprovada em 29 de abril de 2021.*

*O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.”*



### ESSENCIAL DAS SETE REVISÕES CONSTITUCIONAIS

Os processos de revisão desvirtuaram ou eliminaram aspectos fundamentais da Constituição da República Portuguesa. Apresentamos um resumo do que foi revisto:

**1982** – Extinguiu-se o Conselho da Revolução e a participação institucionalizada do Movimento das Forças Armadas (MFA) no processo político.

**1989** – Reduziu-se o número de deputados à Assembleia da República, que era então de 250. Eliminou-se o princípio da irreversibilidade das nacionalizações que aconteceram após o 25 de Abril.

**1992** – Foi eliminado o exclusivo de emissão de moeda por parte do Banco de Portugal, permitindo a ratificação do Tratado de Maastricht, sem referendo.

**1997** – Submeteu-se a criação de regiões administrativas a referendo obrigatório.

**2001** – O texto da Lei Fundamental foi alterado para se adaptar às disposições do Tribunal Penal Internacional.

**2004 e 2005** – Aprofundamento do processo de integração europeia, com consequência negativas para os aspectos da soberania nacional.

É um bom sinal que a proposta das associações profissionais e clubes de militares (CSA, CPA, ANS, AOFA e AP) e o exemplo do executivo da Câmara de Almada, em exercício naquele ano de 2014, frutifique e se multiplique.

O “sonho” ficará completo no dia em que existir um exemplar da CRP em cada Lar! ▲

## Protocolos ANS Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em [www.ans.pt](http://www.ans.pt) ou no Facebook em [www.facebook.com/ANSargentos](http://www.facebook.com/ANSargentos)

### NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

### ZONA NORTE:

#### ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

#### ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO  
([www.farmaciasprogresso.pt](http://www.farmaciasprogresso.pt))
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](http://WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos)

- CONSULTA TAMBÉM [WWW.ANS.PT](http://WWW.ANS.PT)

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMÓVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA [CONTACTO@ANS.PT](mailto:CONTACTO@ANS.PT) ▲